



## **Política e letras no limiar do milênio: Darcy Ribeiro no contexto dos anos 1990**

Demetrius Ricco Ávila<sup>1</sup>

### **Resumo**

O presente trabalho, elaborado à luz da História Intelectual, consiste em uma análise da trajetória de Darcy Ribeiro (1922-1997) na década de 1990, tomando em conjunto e articulando sua produção intelectual e sua atuação político-partidária no decorrer do período. Nesse sentido, terá lugar o exame de sua inserção no Senado Federal, assim como na Academia Brasileira de Letras. Ademais, observando livros que publicou no período, em cotejo com os espaços ocupados por Ribeiro nos meios de comunicação e com eventuais polêmicas em que esteve ativamente envolvido.

**Palavras-chave:** Darcy Ribeiro, trabalhismo brasileiro, história intelectual.

## **Política y letras al final del milenio: Darcy Ribeiro en el contexto de la década de 1990**

### **Resumen**

El presente trabajo, elaborado a la luz de la Historia Intelectual, consiste en un análisis de la trayectoria de Darcy Ribeiro (1922-1997) en la década de 1990, reuniendo y articulando su producción intelectual y su actividad político-partidista durante el período. En ese sentido, se realizará un examen de su inserción en el Senado Federal, así como en la Academia Brasileña de Letras. Además, observar los libros que publicó en el período, en comparación con los espacios ocupados por Ribeiro en los medios y con las eventuales polémicas en las que participó activamente.

**Palabras-clave:** Darcy Ribeiro, laborismo brasileño, historia intelectual.

## **Politics and letters at the end of the millennium: Darcy Ribeiro in the context of the 1990s**

### **Summary**

The present article, elaborated resorting to Intellectual History, consists of an analysis of the trajectory of Darcy Ribeiro (1922-1997) in the 1990s, taking together and articulating his intellectual production and his political-partisan activity during the period. In this sense, an examination of its insertion in the Federal Senate will take place, as well as in the Brazilian Academy of Letters. Moreover, considering the books that he published in the period, in

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Sociais (UFRGS); mestre em História (PUCRS); doutorando em História (PUCRS). Professor colaborador da Universidade aberta Leonel Brizola (ULB). Secretário de formação política do Movimento Cultural Darcy Ribeiro (PDT-RS). E-mail: prof.demetrius12@gmail.com

comparison with the positions occupied by Ribeiro in the press and with eventual controversies in which he was actively involved.

**Key words:** Darcy Ribeiro, brazilian laborism, intellectual history.

## Introdução

Propõe-se examinar neste trabalho a atividade política e a produção intelectual de Darcy Ribeiro durante a década de 1990. Tal como se dera nas quatro décadas anteriores, também neste período essas duas dimensões não só se compõem concomitantemente, como se interpenetram e se complementam, de maneira que se impõe a este exame a apreciação conjunta de ambas. No ano de 1990, Darcy Ribeiro é eleito senador pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), representando o Estado do Rio de Janeiro. Assim, o recorte de tempo aí iniciado é matizado por suas práticas legislativas. Nesse sentido, alguns de seus discursos no Senado Federal serão especialmente tomados. Com isto, tem-se como intuito pôr à vista os modos pelos quais Ribeiro apreendia então as conjunturas brasileira e internacional e como demarcava, mediante tal apreensão, seus posicionamentos como senador. Na mesma direção, pretende-se apurar como o contexto dos anos 1990 veio a incidir sobre a tessitura de suas ideias.

Caracterizada de forma geral a obra de Darcy Ribeiro, diz-se que “Sua produção intelectual – estudos, ensaios, artigos, romances – é enorme, e irregular”.<sup>2</sup> O apontamento merece o adendo de que se trata de um traço perceptível especialmente em sua produção intelectual dos anos 1990. Isto pela razão de que seus chamados *Estudos de Antropologia da Civilização*, escritos nos anos 1960 e 1970, formam uma série mais ou menos coesa. E seus romances, conquanto não seriais, formam um *corpus* de produção ficcional bem delimitado, distinguível em meio à totalidade de suas publicações. Já na década em questão, Ribeiro redige muitíssimas páginas a mais do que na década anterior, visto que os anos 1980 o acometeram de um “jejum”, sobretudo quanto à produção teórica.

A escrita compulsiva nos anos 1990, por sua vez, promove uma distribuição extensa, mas bem menos regular de seus textos. Suas ideias então se difundem por praticamente todos os meios disponíveis à palavra. Tanto quanto escrever, o antropólogo-senador fala por variados canais. Essa múltipla difusão agrega dificuldades ao exame, por compeli-lo à apreciação de um leque vastíssimo de manifestações que abarcam livros, programas de

<sup>2</sup> SANTOS, Agnaldo dos; FERRAZ, Isa Grinspun. *Darcy Ribeiro*. In: PERICÁS, Luiz B.; SECCO, Lincoln (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 326.

televisão, páginas de jornal, dentre outras. Por outro lado, a multiplicidade o enriquece. Com efeito, diz-se também que aos estudiosos de Darcy Ribeiro impor-se-á a tarefa de analisar sua obra “em profundidade, buscando nela fundamentações e incongruências, comparando, tecendo considerações críticas”.<sup>3</sup> Ora, a variabilidade das formas de expressão faz expandir para além dos livros teóricos ou romances, no tocante a Ribeiro, o significado de “obra”. Porém, faculta a apreensão daquelas fundamentações, e revela continuidades, tanto quanto incongruências, no conjunto das arguições do autor, dentro do contexto trazido a exame. Nesse seguimento, outras fontes contributivas, das quais se lançará mão, são entrevistas, bem como escritos seus da época. Dentre estes, destacam-se textos redigidos com vistas à veiculação em livros, do mesmo modo que outros, destinados à publicação mediante formas impressas alhures.<sup>4</sup>

Além de eleito para o Senado Federal, Ribeiro é convocado por Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro pela segunda vez, para coordenar a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), à qual chamaria “Universidade do Terceiro Milênio”. No Senado, vota favoravelmente ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, em dezembro de 1992. No ano seguinte, encabeça a campanha presidencialista ante o plebiscito referente à Emenda Constitucional número 2.<sup>5</sup> Em abril de 1993, mês do plebiscito, toma posse da Cadeira 11 da Academia Brasileira de Letras, para a qual havia sido eleito no final do ano anterior. A década de 1990 rende-lhe mais quatro doutorados *honoris causa* (além do que lhe conferira a Sorbonne, em 1978), pelas seguintes instituições: Universidade da República do Uruguai, Universidade de Copenhague, Universidade Central da Venezuela, e Universidade de Brasília. Em 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – “Lei Darcy Ribeiro”<sup>6</sup> –, composta a partir de um substitutivo que o senador escrevera à nova lei de educação, criada na Câmara dos Deputados.

Para bem principiar-se este exame, convém demonstrar que, na passagem dos anos 1980 a 1990, as concepções de Darcy Ribeiro sobre a média da intelectualidade brasileira

<sup>3</sup> SANTOS & FERRAZ, op. cit.

<sup>4</sup> Quanto a estes impressos, deve-se destacar uma revista de circulação restrita de nome *Carta*, produzida desde seu gabinete e composta por textos seus, como de outros políticos e intelectuais afins. Ademais, Ribeiro escrevera uma coluna semanal para o jornal *Folha de S. Paulo*, de agosto de 1995 até seu falecimento, em fevereiro de 1997.

<sup>5</sup> A Emenda determinou a realização de um plebiscito, em 21 de abril de 1993, para a definição de forma e sistema de governo a serem adotados pelo Brasil, a partir de 1º de janeiro de 1995. Estiveram em disputa as formas monarquista e republicana, e os sistemas parlamentarista e presidencialista. No plebiscito, venceu a permanência da forma republicana, com sistema parlamentarista e presidencialista, com 86,6% e 69,2% dos votos, respectivamente. Sobre o plebiscito, ver: FIGUEIREDO, Marcus. *Os plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral*. Opinião Pública, Campinas, vol. I, nº 1, 1993, p. 01-08.

<sup>6</sup> Lei 9.394, sancionada a 20 de dezembro de 1996.

mantêm-se praticamente inalteradas em relação às apresentadas nos anos 1970. Em duas entrevistas, realizadas entre 1989 e 1991, o antropólogo reitera as críticas aos que denominava acadêmicos “cavalos-de-santo” de pensadores estrangeiros e à consequente falta de produções teóricas substantivas sobre o país. Quanto a esse tema, sopesa as deficiências atribuídas à antropologia brasileira:

Há uma antropologia cética, relativista, que é a traição da própria antropologia. Ela declara que rinoceronte não é superior à galinha, mas diferente. Então, ingleses e xavantes não têm diferença nenhuma. São iguais. Nem superiores e nem inferiores: diferentes. Isso esconde a dominação de que o povo brasileiro padece, as alienações que ele sofre, e é uma tentativa de anular a realidade. Trata-se de uma antropologia reacionária que desconhece as contradições da sociedade.<sup>7</sup>

Passados dez anos de uma polêmica impressa nas páginas de *Encontros com a Civilização Brasileira*, continua endereçando críticas a Roberto DaMatta<sup>8</sup>, estendendo-as, agora, a outros antropólogos brasileiros das novas gerações, como Renato Ortiz e Gilberto Velho:

Eles correspondem ao que acabei de descrever. Integram a categoria da antropologia vadia. Ajudam o discurso europeu a habitar o Brasil. Quando aparece um conferencista estrangeiro, eles vão ao orgasmo ouvindo o último grito de Viena ou Paris. Os gritinhos deles são sussurros que mal se ouvem nos subúrbios. É um escândalo. Mas esses homens ditam as normas de investigação antropológica no Brasil. É a força do monografismo contra a teorização de maior alcance.<sup>9</sup>

Conquanto o conteúdo dos juízos tenha-se mantido intocado, a forma de expressá-los parece mais incisiva entre 1989 e 1991. Este seu depoimento consiste em um discurso reafirmativo, apologético à teoria antropológica da própria autoria, de que se compõem os *Estudos de Antropologia da Civilização*. Não obstante a obsolescência atribuída por seus pares à sua *antropologia dialética*, já na época de seu retorno do exílio (1976), Darcy Ribeiro permanece inabalavelmente afeito ao que chama de “teorizações de maior alcance”, assim como se conserva agarrado ao evolucionismo sociocultural:

A onda de que falava Meggers cresceu no mundo inteiro, exceto no Brasil. Marvin Harris, por exemplo, a principal figura da antropologia norte-americana, é evolucionista. Já não há mais um antievolucionismo; o que havia foi vencido pelo velho Gordon Childe, na Inglaterra. E pelo Lewis, nos Estados Unidos. Foi o desmascaramento do fato de que nos Estados Unidos a antropologia tinha sido expulsa. Engels tomou A Sociedade Primitiva, de Morgan, e o reescreveu como

<sup>7</sup> RIBEIRO, Darcy. *A antropologia brasileira é vadia*. In: SILVA, Juremir Machado da. *O Pensamento do fim do século*. Porto Alegre: L&PM, 1993, p. 148.

<sup>8</sup> A respeito da polêmica entre Darcy Ribeiro e Roberto DaMatta, ver: ÁVILA, Demetrius R. *Eneida Tropical: O Povo Brasileiro como grande narrativa sobre o Brasil*. Porto Alegre: Class, 2019, p. 77-83.

<sup>9</sup> RIBEIRO, op. cit. 1993, p. 151.

Origem da Família, da Propriedade e do Estado; passou a ser uma obra comunista. Todos os reacionários americanos criaram então horror à antropologia. Aí chegou o Franz Boas e resolveu fazer antropologia burra – importante pela pesquisa de campo –, pois se negava a ser rica. Uma antropologia que se nega a teorizar é uma contradição em si. Tudo isso foi desmoralizado nos Estados Unidos há 30 anos. Mas como o Brasil recebe tudo com atraso, ficou-se cultivando uma antropologia que era antievolucionista.<sup>10</sup>

Não se pode deixar de notar a precedência no tempo dos referenciais apontados, com exceção de Marvin Harris. Dois teóricos dezenovistas, como Lewis Morgan e Friedrich Engels, basilares a *O Processo Civilizatório*. E mais dois, cujas principais obras vieram à luz na primeira metade século XX – o arqueólogo Gordon Childe morreu em 1957, e o antropólogo Oscar Lewis, em 1970. A alegada propagação do evolucionismo no campo da antropologia, como “onda” que se teria avolumado, “exceto no Brasil”, encontra referentes majoritariamente recuados no tempo em pelo menos duas ou três décadas. Ademais, seu enunciado a respeito de Franz Boas requer atenções. Em primeiro lugar, porque Darcy Ribeiro se valera de trabalhos de antropólogos difusionistas estadunidenses, discípulos de Boas, para a escrita de *O Processo Civilizatório* (1968), primeiro volume de seus *Estudos de Antropologia da Civilização*, todavia, de modo crítico. Além disso, devido à relevância que tiveram as pesquisas de campo, tomando pequenos contingentes indígenas por objeto, para a sua própria projeção como etnólogo, na década de 1950, trabalhando junto ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI), sob a batuta do Marechal Cândido Rondon. Seu despontar no âmbito das ciências sociais no Brasil se dera a despeito da posterior convicção de que apenas as grandes teorizações são, de fato, produção intelectual relevante.

Está implícita à sua fala uma demarcação de limites entre etnologia e antropologia. O Darcy Ribeiro antropólogo, criador de uma obra teórica de repercussão internacional, que tencionara recontar em suas páginas a trajetória da humanidade, sobrepõe-se ao jovem etnólogo a serviço do SPI. Este que mais fazia coletar e interpretar dados sobre reduzidíssimas parcelas – Kadiwéu e Urubu-Kaapor – dessa humanidade, do que teorizar com ganas de amplitude. Em prosseguimento à entrevista, Ribeiro aprofunda as críticas à antropologia brasileira. Complementarmente, assevera que

A antropologia está se lavando da bobagem relativista. O relativismo declara que o Brasil não precisa se desenvolver. Diz que é preciso ver o do nosso futuro e não o dos Estados Unidos. Tudo isso é muito inteligente, mas serve aos que estão contentes com a situação atual. A atitude oposta só pode ser a de que a sociedade passa por etapas, autonomamente, como os Estados Unidos, ou não. Por isso, falo

<sup>10</sup> Idem, p. 148.

em atualização histórica ou aceleração evolutiva. Antropologicamente, o Brasil está desafiado a sair da condição de dependência.<sup>11</sup>

A utilização dos Estados Unidos como parâmetro comparativo para o Brasil, dentro do “processo civilizatório” dos últimos séculos, também não é mostra de novas formulações. Essa ideia alavancara *As Américas e a Civilização* (1970), segundo volume de seus referidos *Estudos*. Nesse ponto, emerge uma curiosidade na relação de Darcy Ribeiro com aquele país. Em sendo a superação da “condição de dependência” o desafio que se impõe ao Brasil e a seus vizinhos de continente – o que é mais um revérbero de suas concepções pregressas –, vale assinalar que essa condição, segundo Ribeiro, advém da continuidade da dominação colonial, renovada e mantida pelo imperialismo estadunidense. Porém, os laivos de evolucionismo cultural surgidos no século XX e que, misturados ao materialismo histórico de Friedrich Engels e Karl Marx, sustentam a *antropologia dialética*,<sup>12</sup> assim como o antropólogo Lewis Morgan e sua obra, têm origem no solo dos Estados Unidos. A amiga norte-americana de Darcy Ribeiro, Betty Meggers, fora responsável pela publicação de *O Processo Civilizatório* pela Smithsonian Institution, de Washington. Por fim, a *Current Anthropology*, que alçara em 1971 sua teoria antropológica ao debate internacional, se edita em Chicago. Poder-se-ia afirmar que de sua afinidade intelectual com arqueólogos e antropólogos estadunidenses não decorre qualquer ambiguidade. De fato, das práticas imperialistas de seu próprio país bem poderiam divergir esses intelectuais. De modo que, estendido o alcance do olhar para fora do Brasil, sobretudo para a América do Norte, se pudesse buscar tanto a má antropologia “relativista”, como Darcy Ribeiro caracteriza o procedimento de seus pares brasileiros, quanto os fundamentos para uma antropologia autêntica, anti-imperialista, legitimadora de um discurso nacionalista. Além do que, antropofagicamente, se facultaria a apropriação e a ressignificação de tudo quanto venha de fora e possa fazer-se útil à construção de tal discurso. Por isso, a condenação da reprodução via exemplificação local de teorias exógenas não equivaleria ao banimento das mesmas, desde que delas se lançasse mão para erigir conhecimentos voltados à autonomia nacional.

O vínculo precedente de Darcy Ribeiro não se estabelecera apenas com antropólogos e arqueólogos estadunidenses e suas obras, mas com instituições governamentais dos Estados Unidos, como a Smithsonian Institution. Exilado no Uruguai nos anos 1960, Ribeiro recusara uma bolsa de estudos ofertada pela Smithsonian, a qual lhe custearia um período de pesquisas

<sup>11</sup> RIBEIRO, op. cit., 1993, p. 148.

<sup>12</sup> Especialmente a teoria da evolução cultural do antropólogo “neoevolucionista” estadunidense Julien Steward.

em Washington.<sup>13</sup> Por outro lado, concluída a escrita de seu livro *O Processo Civilizatório*, não declinou da oportunidade de publicá-lo por aquela mesma instituição. Não obstante, os volumes subsequentes dos *Estudos de Antropologia da Civilização* seriam escritos contra o imperialismo estadunidense, denunciando-o com maior ênfase no terceiro destes, *O Dilema da América Latina* (1971).

A perspectiva de análise da *antropologia dialética* de Darcy Ribeiro é tanto diacrônica quanto teleológica. Principiadas nos dez mil anos progressos desde a descoberta da agricultura, as sucessões evolutivas analisadas, impulsionadas pelas *revoluções tecnológicas*, deverão chegar necessariamente a um termo. Sua teoria antropológica prenuncia uma etapa última da evolução das sociedades humanas, a qual teria caráter socialista.<sup>14</sup> Congruentemente, egresso do exílio, Ribeiro concebera uma forma brasileira de socialismo: fundado antropológicamente, o *socialismo moreno* fora sustentáculo político-intelectual para o trabalhismo brasileiro nos anos 1980, reavivado pelo PDT. Em contrapartida, a década da concepção do *socialismo moreno* é marcada mundialmente pela decadência dos regimes socialistas. No ano de 1989, esboroa-se o Muro de Berlim, e a Alemanha se reunifica. Consecutivamente, despedaçada a URSS, achegam-se ao capitalismo países socialistas do Leste Europeu. Campeia um discurso de triunfo da democracia liberal, simbolizada pelos Estados Unidos da América. Da superpotência restante se anunciava o divisar de uma “nova ordem mundial”,<sup>15</sup> no interior da qual o socialismo estaria fadado ao desaparecimento.

### **Depois do muro: o outono do trabalhismo brasileiro**

<sup>13</sup> “Nas primeiras semanas de meu exílio uruguaio, recebi um gesto inesperado de solidariedade dos meus colegas norte-americanos. Foram me visitar Clifford Evans e Betty Meggers. Eles haviam conseguido para mim uma bolsa da Smithsonian de 2500 dólares mensais, com direito a uma secretária de meio dia e trânsito livre na Biblioteca do Congresso, para ali acabar a redação de minha obra etnográfica. Agradei comovido, mas disse a eles que ninguém compreenderia se eu, segundo homem do governo derrubado, recebesse um prêmio desses. Pensariam que durante minha ação política estivera com os norte-americanos me custeando” RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 338.

<sup>14</sup> “Em face desses desenvolvimentos futuros, que propiciarão a generalização da prosperidade, a divisão da sociedade em classes econômicas (surgida como fruto dos primeiros acréscimos revolucionários da produtividade do trabalho humano e que só permitia o progresso pela escravização de extensas camadas) tenderá a reduzir-se cada vez mais, até se extinguir completamente. Contra essa tendência, porém, erguer-se-ão com o vigor desesperado da luta pela sobrevivência todos os interesses privatistas, cujos privilégios se assentam na desigualdade social.” RIBEIRO, Darcy. *O Processo Civilizatório*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 163.

<sup>15</sup> A 11 de setembro de 1990, George Bush, 41º presidente dos Estados Unidos, proferiu em uma sessão conjunta do Congresso daquele país um discurso intitulado *Toward a New World Order*, anunciando a chegada de um “novo tempo”, pós-Guerra Fria. Ver: SOUTO MAIOR, Luiz A. P. *A ordem mundial e o Brasil*. Brasília, Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n. 2, 2003, p. 26-48.



Os anos 1990 se abriram marcados por significativas alterações a nível internacional. Ainda em novembro de 1989, a derrubada do Muro de Berlim e o Consenso de Washington fizeram as vezes de arautos dessas alterações. Esboroadado o Muro, ecoa a ideia de “derrota” do socialismo. A partir de Washington, introduzem-se políticas neoliberais na América Latina.<sup>16</sup> Essas políticas incompatibilizam-se com o ideário do PDT de Darcy Ribeiro. No plano interno, também em 1989, o PDT experimentara uma acachapante derrota eleitoral – superando Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, alcançara a votação necessária à disputa com Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional, do segundo turno da primeira eleição presidencial direta desde 1960. Collor obteria a vitória nesse pleito. Pode-se mensurar o peso dessa derrota referindo o fato de que Brizola, desde os anos que antecederam o golpe de 1964, intentava eleger-se presidente da República. Posteriormente, mesmo exilado, trabalhava em prol de se fixar como o grande nome de oposição no Brasil, o que culminou em um encontro de trabalhistas em Lisboa, em 1979. Retornando ao país, vinha atuando intensamente para recuperar e ampliar seu espaço na vida política brasileira, arrebatado pelos anos de desterro. No entanto, ao cabo da década de 1980, via-se ofuscado por um ex-líder metalúrgico. Compensatoriamente, o PDT ampliaria sua bancada no Senado Federal, com a eleição de Darcy Ribeiro, em 1990.<sup>17</sup>

No campo das ideias, o elogio à “nova ordem mundial” é inverso ao ideário pedetista porquanto o discurso neoliberal arrogue diminuto o papel do Estado na organização econômica dos países. Dessa feita, o axioma trabalhista, enraizado no getulismo, da necessária ingerência do Estado sobre a economia com vistas a promover o desenvolvimento nacional, soa defasado. Por essa linha de pensamento, as bandeiras reformistas que Darcy Ribeiro carregava a datar do governo João Goulart, acabam igualmente recobertas de obsolescência. Por força do anúncio feito por George Bush em 1989, Ribeiro procede a uma

<sup>16</sup> A expressão “Consenso de Washington” é de criação do economista John Williamson, com o intuito de nominar uma série de recomendações de políticas econômicas aos países para o pós-Guerra Fria. Os usos dessa expressão passaram a designar justificativas para a implantação de medidas neoliberais, sobretudo em países menos desenvolvidos. Sobre o Consenso de Washington e suas dez regras fundamentais, formuladas em 1989 por instituições como FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, dentre as quais constando a privatização de estatais e a retirada de restrições a investimentos estrangeiros, ver: PIRES, Marcos Cordeiro. *A Nova Ordem Mundial e o Consenso de Washington*. Marília, Novos Rumos, nº 45, 2006, p. 20-29. Merece destaque, no tocante à América Latina, a participação neste Consenso de presidentes e candidatos à presidência de países latino-americanos, como Carlos Menem, Fernando Collor de Mello e Alberto Fujimori, de Argentina, Brasil e Peru, respectivamente. Quanto a seu impacto sobre a América Latina, ver: CERVO, Amado Luiz. *Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina*. Brasília, Revista Brasileira de Política Internacional, v. 43, n. 2, 2000, p. 5-27.

<sup>17</sup> O PDT, após o pleito de 1990, passou a ter, na chamada 49ª Legislatura do Senado Federal (1991-1995), uma bancada de cinco parlamentares. Além de Darcy Ribeiro, representando o Estado do Rio de Janeiro, compunham-na Pedro Teixeira, pelo Distrito Federal; Magno Bacelar, pelo Maranhão; Lavoisier Maia, pelo Rio Grande do Norte; e Nelson Wedekin, por Santa Catarina.



análise de conjuntura, remarcada por receios quanto ao futuro do Brasil dentro da nova geopolítica:

A questão crucial que se coloca para nós, nesta conjuntura do advento do unipolarismo, é o que ele vai mudar ao sul do equador. Especificamente, é saber o que significa para o Brasil a redefinição do poder mundial. Um fato ressalta logo, espantoso, junto com uma pergunta inquietante: os Estados Unidos, que têm neste momento as mãos livres para moldar o mundo a seu talante, terão a grandeza e a sabedoria necessárias para fazê-lo, sem cair no despotismo? O que vamos ter pela frente é um novo império romano com sotaque anglo-texano, ou o quê? <sup>18</sup>

Sem o contrapeso da URSS, o poderio desse “novo império romano” tingiu de pessimismo o prognóstico. O país da Smithsonian Institution é também reitor da dependência brasileira. Tendo alcançado hegemonia sobre o mundo, quer antes aprofundá-la do que estimular a conquista de autonomia por qualquer nação subdesenvolvida. A bipartição Norte-Sul, mote de *As Américas e a Civilização*, continua a estremar as assertivas de Darcy Ribeiro no tempo que se abre. Apesar de o “unipolarismo” produzir um discurso dominante de incentivo à modernidade, pelo caminho da integração econômica entre as Américas rica e pobre, subjazem a tal discurso, segundo Ribeiro, intenções de manutenção da condição dependente dos países latino-americanos. A “nova ordem mundial” pronunciada com “sotaque anglo-texano” seria não mais que a reafirmação da subalternidade brasileira, e a única novidade possível dos novos tempos se traduziria no risco iminente de seu aprofundamento:

O que os porta-vozes do Norte nos recomendam é uma acomodação servil dentro desse couro de caça, prometendo que, bem integrados nele, poderemos alcançar a modernidade. Na realidade das coisas, o aprofundamento da dependência só nos eternizaria na condição de povos de segunda classe. Mesmo na hipótese de alcançarmos o máximo de êxito dentro de uma estrutura econômica voltada para fora, no que ela implica, isto não nos garantiria nenhuma prosperidade extensível a toda a população. [...] Depois de um alvissareiro confronto com a banca internacional, o governo e seus economistas oficiais saltaram no alçapão armado pelo Fundo Monetário Internacional. Ontem o FMI exigia de Juscelino Kubitschek que paralisasse a construção de Brasília e abandonasse o Plano de Metas, como condição para nos financiar. Pra escapar do cerco, JK teve de demitir seus economistas infiéis: Lucas Lopes e Roberto Campos. [...] Ultimamente, a exigência que fazem é nada menos do que a reforma da Constituição e das leis, para acelerar a privatização de empresas públicas, que constituem as bases de nossa infra-estrutura econômica. <sup>19</sup>

Mantendo-se a assimetria nas relações entre os países ricos e pobres, a obsolescência dos pontos cardeais do trabalhismo – como o nacionalismo e a demanda de um projeto

<sup>18</sup> RIBEIRO, Darcy. *Uma conjuntura ainda mais adversa*. In: Brasília, *Carta*”, n. 3, 1991, p. 7.

<sup>19</sup> RIBEIRO, Darcy. Op. cit., 1991, p. 10-11.

politicamente conduzido de autodesenvolvimento do Brasil, com anelos de inserir o país no conjunto das nações socioeconomicamente avançadas –, é intencionalmente ditada pelos “politicólogos de cabeça feita na outra calota”<sup>20</sup>, comprometidos com interesses exógenos. Agravando o prognóstico, Darcy Ribeiro declara que, se no bojo dos interesses estadunidenses puder subsistir qualquer modo de se suplantar a dependência brasileira, este será o da extirpação do país no plano internacional:

Não tenhamos ilusões, não há um lugar natural para nós no mundo dos ricos. O que eles nos apontam é o descaminho de nossa desintegração. Por outro lado, há até uma tendência de nos tornarmos descartáveis na economia mundial. Seria o passo de dependência à prescindência de que nos fala Zea. [...] Com base na estrutura produtiva que temos, se a defendermos e ampliarmos, poderemos formular um projeto próprio de desenvolvimento autônomo, e para ele mobilizar as energias nacionais num esforço de superar o atraso, reestruturando o Brasil para seu próprio povo.<sup>21</sup>

Descartado, alija-se o Brasil do próprio “processo civilizatório”. Concorre ao ceticismo dessa estimativa a filosofia do mexicano Leopoldo Zea, filho de pátria-irmã latino-americana que partilha a mesma continuada condição dependente. De fora para dentro do país, Darcy Ribeiro aponta, fatalista, os dois caminhos ofertados pela década de 1990: aprofundar a dependência, ou eliminá-la pela “prescindência”. Urge, então, resgatar o ideário trabalhista de desenvolvimento e emancipação nacional, ainda que tomado por anacrônico em face do discurso dominante de elogio à democracia liberal.

Eis que se pode tornar pertinente o traçado de um paralelo entre dois pensadores. A superlativação daquele elogio tomaria, no começo dos anos 1990, a forma de uma espécie de nova filosofia da história, pelas mãos do economista-político nipo-estadunidense Francis Fukuyama. Suas ideias compartilham com as de Darcy Ribeiro a perspectiva teleológica, da história, com a destinação de um ponto de chegada. Porém, suas assertivas são diametralmente opostas às da *antropologia dialética*. À diferença desta, mesmo quando se vale de compreensão dialética, o “fim da história” segundo Fukuyama é antes uma distorção da filosofia da história hegeliana do que um enunciado de base marxiana:

Tanto para Hegel quanto para Marx a evolução das sociedades humanas não era ilimitada. Mas terminaria quando a humanidade alcançasse uma forma de sociedade que pudesse satisfazer suas aspirações mais profundas e fundamentais. Desse modo, os dois autores previam o ‘fim da História’. Para Hegel seria o estado liberal, enquanto para Marx seria a sociedade comunista.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Idem, p. 7.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>22</sup> FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 12.

Como bem observou Perry Anderson, Fukuyama atribui erroneamente a Georg Hegel a utilização de palavras em língua alemã como *Ende* (“fim”) e *Schluss* (“encerramento”), ao passo que este se valia de *Ziel* (“meta” ou “alvo”), *Zweck* (“finalidade”) e *Resultät*. Consequentemente, o apologetas nipo-estadunidense do neoliberalismo lê em Hegel uma filosofia da história pautada pelo término desta, quando o que Hegel perscrutava seria de fato seu sentido ou propósito.<sup>23</sup>

De qualquer forma, a comparação entre os pensamentos de Darcy Ribeiro e Francis Fukuyama bem poderia converter-se em um exercício prolongado de demarcação de outras divergências entre os dois. Para exemplificá-las uma vez mais, pode-se mencionar que, ao passo que Ribeiro exalta em *As Américas e a Civilização* a virtude dos *povos novos*, constitutivos da América Latina, como realidades culturais originais – em detrimento dos *povos transplantados*, predominantes na América Anglo-Saxônica, desprovidos de padrões identitários próprios –, Fukuyama assevera que “Enquanto a América do Norte herdou a filosofia, as tradições e a cultura da Inglaterra liberal que emergiu da gloriosa revolução, a América Latina herdou muitas instituições feudais da Espanha e Portugal dos séculos XVII e XVIII”.<sup>24</sup> Assim, explicar-se-ia o fracasso da democracia liberal no mundo latino-americano. Os golpes de Estado experimentados no século XX seriam menos resultantes da interveniência dos Estados Unidos do que de vicissitudes de ordem histórico-cultural, disto sobressaindo mais um fator de divergência: para Darcy Ribeiro, a Ibéria não experimentara o feudalismo,<sup>25</sup> de sorte que uma tal explicação para os óbices à consecução da ordem democrática na América Latina discrepa largamente de sua teoria antropológica. De toda forma, o exposto já se presta ao intento de se constatar o distanciamento entre as ideias de Darcy Ribeiro, transpostas para atividade política, e um tipo de pensamento que passa a se tornar dominante nos anos 1990.

<sup>23</sup> ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992, p. 18.

<sup>24</sup> FUKUYAMA, Francis. Op. cit., 1992, p. 98.

<sup>25</sup> Rememorando a elaboração de seus *Estudos de Antropologia da Civilização*, afirma Darcy: “Compreendi que o Brasil era simplesmente inexplicável, porque não havia uma teoria capaz dessa façanha. O que se fazia, habitualmente, era tomar textos historiográficos europeus, dando-lhes ambições teóricas para explicar nosso passado. Isso podia servir para a Norte América ou Austrália, cujo passado pode ser visto como escravismo greco-romano, como feudalismo medieval ou como capitalismo nascente na Inglaterra ou na Holanda. A nós, evidentemente, não nos satisfazia, como não explicava, também, a velha civilização chinesa ou a indiana, e também a civilização árabe, que por mil anos fulgurou como a real herdeira da civilização grega e de outras. Também não explicava a Ibéria, que não podia ser compendiada seja como feudal, seja como capitalista. RIBEIRO, op. cit, 2012, p. 459-460.

Um ano antes do lançamento do livro *O fim da História e o último homem*, no qual Fukuyama apresenta esta filosofia da história, Darcy Ribeiro tomava posse no Senado Federal. Seu primeiro discurso naquela casa é simultaneamente afirmativo do reerguimento das antigas bandeiras reformistas e entremeado por conceitos e categorias analíticas emprestados de seus *Estudos de Antropologia da Civilização*. A primeira parte do discurso evoca quatro mortos ilustres, fundamentais à sua formação intelectual e política: Cândido Rondon, Anísio Teixeira, João Goulart e Salvador Allende. O denominador comum às alocações sobre todos é a gritante inconsonância entre a realidade presente do país e os princípios defendidos por cada um deles. Por isso, Darcy Ribeiro alude de pronto àquele começo de década como “Um tempo anti-Rondon, em que suas ideias são negadas”.<sup>26</sup> A seguir, passa a discorrer quanto às “raízes do atraso” do Brasil. Note-se que aí se preserva a concepção de “atraso”, contrastante com a de “progresso”, ambas típicas de seu pensamento evolucionista. Acusando as “falsas causas” atribuídas ao atraso do Brasil, como o clima, a mestiçagem, o catolicismo ou a juvenildade do país, Darcy Ribeiro passa a elencar as causas verdadeiras:

O que temos sido historicamente é um proletariado externo do mercado internacional. O Brasil jamais existiu para si mesmo, no sentido de produzir o que atenda aos requisitos de sobrevivência e prosperidade de seu povo. Existimos é para servir a reclamos alheios. Por isso mesmo o Brasil sempre foi, ainda é, um moinho de gastar gente. Nos construímos queimando milhões de negros. Atualmente, estamos queimando, desgastando milhões de mestiços brasileiros na produção não do que eles consomem, mas do que dá lucro às classes empresariais. Não nos esqueçamos de que o Brasil foi formado e feito para produzir pau-de-tinta para o luxo europeu. Depois, açúcar para adoçar as bocas dos brancos, e ouro para enriquecê-los. Após a independência, nos estruturamos para produzir algodão e café hoje, produzimos soja e minério de exportação. Para isso é que existimos como nação e como governo, sempre infiéis ao povo engajado no trabalho, sofrendo fome crônica, sempre servis às exigências alheias do mercado internacional.<sup>27</sup>

Seu discurso, conquanto historicize o atraso brasileiro, ao mesmo tempo situa-o em um *continuum*, tal qual o do atraso dos demais países da América Latina. Ou seja, embora o olhar colocado sobre o passado seja um recurso ao esclarecimento, no que tange às causas das mazelas do país, parece não haver historicidade possível, em razão da inexistência de descontinuidades ou rupturas vultosas o suficiente para a demarcação de tempos notadamente distintos ao longo dos séculos de existência do Brasil. Darcy Ribeiro aplica à descrição do país o modo de pensar a América Latina, aprendido nos tempos de exílio. Colônia ou Estado

<sup>26</sup> RIBEIRO, Darcy. *Primeira fala ao Senado*. In: RIBEIRO, Darcy. *Grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 39.

<sup>27</sup> RIBEIRO, Darcy. Op. cit., 2003, p. 45.

independente, monarquia ou república, produzindo mediante trabalho escravo ou assalariado. Do Pau-de-tinta à soja, situamo-nos dentro de um mesmo processo, no qual se equalizam, funcionalmente, as naus portuguesas quinhentistas e as multinacionais do presente:

Outra característica é sua animosidade frente ao Estado, visto como a fonte de todos os males. Será assim? Onde nesse mundo uma economia nacional floresceu sem um Estado que a conduzisse a metas prescritas? Onde estão esses empreendedores privados cuja sanha anárquica de lucrar promoveria o progresso nacional? Creerão esses fanáticos do economês que o estamento gerencial das multinacionais – que são entre nós as supremas empresas privadas – se comove pelo destino nacional, se preocupa com o que sucede com o povo brasileiro?<sup>28</sup>

Na contramão do neoliberalismo, Darcy Ribeiro proclama a inescapabilidade da atuação estatal na condução do desenvolvimento econômico, e se antepõe a entrada e liberdade de atuação das corporações estrangeiras no Brasil. A implantação destas em território nacional não constituiria um fenômeno novo. Seu raciocínio diacrônico e totalizante remonta aos engenhos açucareiros quinhentistas e faz classificá-los, quanto às consequências sobre o país, do mesmo modo que as empresas estadunidenses e europeias do final do século XX. Ausente um Estado comprometido com o desenvolvimento brasileiro, a “nova ordem mundial”, a seu juízo, enseja tão-só a ratificação do atraso:

O que cumpre fazer em nosso país não é nenhuma modernização reflexa, destas que atualizam um sistema produtivo apenas para fazê-lo mais eficaz no papel de provedor de bens para o mercado mundial. É, isto sim, um salto evolutivo à condição de economia autônoma que exista e viva para si mesma, isto é, para seu povo. [...] Sobre essas bases é que se tem, necessariamente, de formular nosso projeto próprio de integração do Brasil na civilização pós-industrial, sempre atentos aos interesses nacionais, priorizando sempre o desenvolvimento social, ou seja, aos interesses populares. A via da modernização reflexa pelo desenvolvimento dependente só nos faria fracassar na civilização emergente tal como fracassamos ao nos integrarmos, por esse mesmo caminho, na civilização industrial.<sup>29</sup>

O léxico da *antropologia dialética* subsidia este discurso político, situando o Brasil de 1991 em posição retardatária quanto às etapas do “processo civilizatório” dos últimos cinco séculos. Demonstrativo disto é que, para Ribeiro, o país fracassara ao integrar-se à “civilização industrial”, posto que esta integração se tenha feito dominada pelo capital estrangeiro. A alusão a este fracasso recobra nas entrelinhas o vão empenho de Getúlio Vargas em tentar promover uma industrialização autossuficiente. Mas, ao mesmo tempo, não descompõe a memória de Juscelino Kubitschek, que na análise de conjuntura referida anteriormente é mencionado como “vítima” do FMI, e não como fomentador da implantação de indústrias automobilísticas estrangeiras no país.

<sup>28</sup> Idem, p. 46.

<sup>29</sup> Ibidem p. 47.

Presentemente, haveria uma nova civilização a se erigir, e Darcy Ribeiro quer demonstrar-se cômico quanto a esse fenômeno, como atesta seu emprego da expressão “pós-industrial”. Entretanto, mesmo identificando transformações de ordem global, o antropólogo-senador não crê que as mesmas possam fazer melhorar a posição do Brasil no “processo civilizatório”. Admitindo mudanças no plano internacional, como o despontar de uma civilização industrial em uma etapa anterior do “processo civilizatório”, e o soerguimento de uma civilização pós-industrial em curso no presente, vislumbra no Brasil do final do século XX os mesmos traços da dominação colonial quinhentista. Se entre os séculos XVI e XX ocorreram variações econômicas, políticas e sociais no mundo, os brasileiros mantiveram inalterada sua condição de “proletariado externo do mercado internacional”.

Segundo Darcy Ribeiro, o século XX ensejou três possibilidades de superação da dependência, esta que fora intensificada pela ascensão dos Estados Unidos ao *status* de superpotência no pós-guerra. Essas possibilidades foram os governos de Getúlio Vargas, o governo reformista de João Goulart e a candidatura de Leonel Brizola à presidência, em 1989. Comum às três foram o nacionalismo trabalhista e o insucesso de suas investidas. Malfadadas estas possibilidades, o Brasil segue “não existindo para si”. Daí que a conjuntura internacional dos anos 1990 repercute no Brasil, desprovido de um governo nacionalista, como um prolongamento no tempo do quadro de *modernização reflexa*. Quanto à primeira fala de Darcy Ribeiro na Tribuna do Senado, é ainda pertinente mencionar um aparte do sociólogo e então senador Fernando Henrique Cardoso:

Hoje, V. Ex.<sup>a</sup> me fez recordar leituras antigas, de Paulo Prado, “Retrato do Brasil”, Gilberto Freire, que por muitos foi injustiçado – mas não por V. Ex.<sup>a</sup> –, de todos aqueles que descreveram o país no qual as elites se sentem cômodas e o povo, para elas, é estrangeiro. [...] V. Ex.<sup>a</sup> também é um romancista, um romancista que se sente, que se nota, que se percebe o modo literário pelo qual se expressa; que ao mesmo tempo cientista que é, nunca deixou de ser o homem de ação, e é por isso que V. Ex.<sup>a</sup> é um renascentista. [...] É com a maior alegria que, em nome do PSDB e em meu próprio nome, eu o felicito calorosamente. Conte conosco para o que for possível, para que nós, amanhã, possamos ter um Brasil que não seja esse descrito tantas vezes, há tanto tempo – creio que Antonil já falava nisso em séculos remotos –, e que V. Ex.<sup>a</sup> é obrigado a falar mais uma vez. Vamos terminar com essas tão sombrias descrições do Brasil e vamos, juntos, marchar para construir um Brasil no qual, realmente, as elites não se sintam tão soberbas e o povo não se sinta tão alheio às decisões do Estado”.<sup>30</sup>

O aparte parecia Darcy Ribeiro com ilustres intérpretes do Brasil. Com isso, o senador peessedebista quer demonstrar afinidades intelectuais com o neófito parlamentar pedetista. O paralelo entre Ribeiro e Cardoso é aqui inevitável. Existem similitudes entre as formações de

<sup>30</sup> RIBEIRO, op. cit., 2003, p. 55-56.



ambos, para mais do que seus papéis de intelectuais inseridos em carreiras político-partidárias, àquela altura como antropólogo-senador e sociólogo-senador, respectivamente. Essas similitudes principiam pela “sociologia paulista”. Cardoso é também um egresso da Universidade de São Paulo.

Tal como Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso deixou o Brasil na década de 1960, ainda que, à diferença daquele, mais voluntariamente do que coagido. Em um primeiro momento, também permaneceu na América Latina, encetada no Chile a feitura de sua obra mais portentosa. Ribeiro, na escrita dos *Estudos de Antropologia da Civilização*, se vale de leituras de Cardoso as coloca dentre seus referenciais.<sup>31</sup> Na segunda metade dos anos 1970, ambos encontravam-se novamente no Brasil, envolvidos política e intelectualmente com a redemocratização. Entrementes, em que pese o aparte reverente, em 1991, ao Fernando Henrique Cardoso eleito presidente em 1994 colocar-se-á o senador Darcy Ribeiro em franca oposição. O governo empossado em janeiro de 1995, em vez de reverter, perpetua em Ribeiro a “sombria descrição do Brasil”, com o agravante de colocar à venda empresas criadas por Getúlio Vargas.

Cardoso trabalha em prol da privatização de empresas estatais como a Vale do Rio Doce, sob a justificativa da redução da dívida pública, assim como a da promoção de maior eficácia dessas empresas, uma vez conduzidas pela iniciativa privada. Carente de nacionalismo, o presidente personifica o *continuum* da dependência e do atraso, ao exercer uma política de incitação à *modernização reflexa* do país. Portanto, em nada se diferenciando de Fernando Collor de Mello. Logo, a oposição de Darcy Ribeiro aos chefes do Executivo Federal é um dado permanente nos anos 1990.<sup>32</sup> Ainda em Collor, Ribeiro vislumbrara o

<sup>31</sup> É o caso, por exemplo, de *O Empresário Industrial e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, ou *El proceso de desarrollo en América Latina*, constantes das referências bibliográficas de *As Américas e a Civilização*.

<sup>32</sup> “Tudo isso a que me referi, antes, cria um ambiente espantoso, cujo princípio filosófico regente, fundamental, é a prioridade da privatização, do privatismo pensado como uma doutrina, mas aplicado, na prática, em cima de empresas que são bens concretos. Essa prioridade houve nos Estados Unidos, no tempo do Reagan, e na Inglaterra, também. Entretanto, em todo lugar onde se privatizou, ampliou-se o capital e vendeu-se nacionalmente, fortalecendo as empresas. Aqui, não. O Estado pôs mais dinheiro para a empresa ser vendida. E houve escândalos, como em Volta Redonda – que é a matriz da indústria brasileira. A siderúrgica foi entregue a um grupo de banqueiros por menos que o aço que tinha em depósito e as contas que tinha a receber. Atrás disso, está um grupo de tecnocratas bisonhos, de biografia vazia, mas que fizeram a cabeça lá fora, estando certos de que um banqueiro – nacional ou estrangeiro – é muito mais patriota para o Brasil do que qualquer gestor público de economia. Eles olham com horror os gestores do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Vale do Rio Doce. O ideal seria entregar a um banqueiro, que faria muito melhor. A precedência do banqueiro – e uma vontade privatista desse tipo – são um pendor, uma doutrina que teve vez nos Estados Unidos e foi passando para trás. Teve tanta vez, com o Reagan, em certo momento, que ele encerrou os programas sociais, achando que o Estado poderia ser socialmente irresponsável, porque a economia, por si mesma, proveria a prosperidade. Aqui, esses movimentos levaram, também, à situação em que os serviços sociais – previdência social, saúde e educação – chegaram a um ponto crítico. O pensamento é privatista, mas ninguém se aprofunda na análise se suas conseqüências.” RIBEIRO, Darcy. *Utopia Brasil*. In: URANI, André (Org.). *Lições de mestres: entrevistas sobre globalização e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Campus: ABDE, 1998, p. 92-94.

acatamento das medidas do Consenso de Washington. Dessa maneira, sua segunda fala na Tribuna do Senado, mais específica do que a primeira, correspondera a um combate aos termos da Lei n.º 8.031<sup>33</sup>:

Entretanto, defende-se hoje, no Brasil, da forma mais insensata, uma postura imediatista, fatalista, corrupta e interesseira, predisposta a apontar, como único caminho aberto a nosso povo para o progresso, o espontaneísmo da perpetuação dos descaminhos da dependência em que vivemos nos perdendo nas últimas décadas. Sustenta-se, por outro lado, a falácia de que somos uma economia totalmente fechada e desconectada do cenário mundial, como se não tivéssemos nosso parque industrial suficientemente invadido pelos grandes oligopólios mundiais; como se nossa saúde financeira não estivesse hipotecada junto aos banqueiros internacionais; como se nossa força produtiva não estivesse trabalhando para gerar saldos externos para pagamento de uma dívida de legitimidade duvidosa. Chega-se ao absurdo de apresentar como modernidade o simples trotar na rota do lucrismo e da privatização.  
34

Examinada esta fala ao Senado em perspectiva da anterior, o “lucrismo” e a “privatização” seriam, pois, as marcas de origem do Brasil, falaciosamente apresentadas como modernidade econômica. Por não serem as privatizações o melhor caminho para o progresso, do ponto de vista das reais necessidades do povo brasileiro, o outro caminho deve ser o da atuação do Estado. Eis que Darcy Ribeiro convoca para o combate travado naquela Tribuna a figura de Getúlio Vargas:

À exceção dos Governos de Getúlio Vargas, todos os outros se endividaram e penaram nas mãos dos banqueiros e de seus agentes nativos. [...] Foi Getúlio Vargas quem modernizou o Estado brasileiro e fez dele protagonista que implantou a nossa infra-estrutura econômica. São obras daquele período a Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce, a Cia. Nacional de Álcalis, a Hidroelétrica do São Francisco, a Petrobras, a Eletrobrás, além do Banco do Nordeste, do Banco de Crédito Cooperativo e de outros, inclusive esse vilipendiado BNDES.<sup>35</sup>

Apesar do democratismo do PDT, a alusão de Darcy é *aos* “Governos de Getúlio Vargas”. Quer dizer, tanto o governo democraticamente eleito em 1951, quanto o de período anterior, compreendendo o Estado Novo. Com efeito, as quatro primeiras empresas mencionadas se haviam inaugurado em 1941, 1942, 1943 e 1945, respectivamente. A época de criação dessas empresas subentendera justamente os verdes anos de militância comunista, clandestina, de Ribeiro em São Paulo, em contraposição ao governo em vigor. Ulteriormente,

---

<sup>33</sup> Consequência do Consenso de Washington, a Lei 8.031, de 1990, instituiu o Programa Nacional de Desestatização. Sobre a referida lei, ver: MACHADO, Fernando Moreno. *Desestatização e privatização no Brasil*. Ribeirão Preto, Revista Digital de Direito Administrativo, v. 2, n. 1, 2015, p. 99-119.

<sup>34</sup> RIBEIRO, Darcy. *Segunda fala ao Senado*. In: RIBEIRO, op. cit., 2003, p. 63-64.

<sup>35</sup> Idem, p. 67-68.

sua primeira identificação com o trabalhismo se faria mais próxima do reformismo petebista do começo dos anos 1960, sobrelevando o seu caráter democrático. Porém, nos anos 1990, Darcy Ribeiro passaria a acorrer à figura de Getúlio Vargas, mais do que a de João Goulart, como uma contraparte dialética à desestatização promovida pelos governos que se sucediam. Ante o Plano de Desestatização, Ribeiro passa a classificar o ano de 1954 como o da aquisição de uma consciência política “realista”, discrepando da militância comunista de sua juventude.<sup>36</sup> E, do mesmo modo que Getúlio Vargas, os conceitos da sua *antropologia dialética* são convocados ao combate. Mediante seu emprego, Ribeiro incorpora à sua fala uma ampla exposição da trajetória da humanidade:

Ao contrário do que geralmente se imagina, as sociedades humanas não evoluem passo a passo, como se ascendessem por uma escada progressiva. Em consequência, não há nações avançadas, configurando o que seja o futuro das retrógradas. Nem nações atrasadas, repetindo passos passados das adiantadas. Umam e outras formam configurações contemporâneas de povos interdependentes dentro da civilização a que pertencem. [...] Há, pois, duas vias de evolução. Uma real e altamente vantajosa. A outra, subalterna e altamente espoliativa. Designamos a primeira via como aceleração evolutiva, correspondente ao movimento de povos que se incorporam ao processo civilizatório que os atinge, com o comando de seu próprio destino, através da tecnologia em que sua civilização se assente. A outra via é a da atualização histórica, ou modernização reflexa, correspondente aos povos meramente atrelados a pólos metropolitanos como sociedades contemporâneas, na condição de povos dependentes e economias subalternas. [...] Assim compreendidos, os mundos do passado e do presente se configuram como constelações de povos postos sob a hegemonia de nações dominadoras, na qualidade de seus proletariados externos. Exemplifica estas duas vias de evolução o caminho tomado pelos EUA e pelo Japão frente à Revolução Industrial, apropriando-se de suas sementes, para se fazerem pólos autônomos da nossa civilização. O Brasil ao contrário, só absorveu seus frutos e, em consequência, foi avassalado e recolonizado sob o domínio dos novos donos do mundo. [...] Em consequência, nos endividamos e caímos numa situação de dependência semelhante à dos índios de 1500, quando eles se habituaram aos instrumentos de metal que não podiam produzir.<sup>37</sup>

Vê-se que, neste processo, o Brasil viria experienciando uma perene desvantagem. O mundo pós-1989 redundava a dependência e seu correlato atraso, por debaixo de novas nomenclaturas. Justifica-se, assim, a prestância, para a década de 1990, de um ideário político enraizado em 1930. Percebe-se neste discurso de Darcy Ribeiro, entretanto, certa diferença quanto à caracterização do “processo civilizatório”, da marcha humana sobre a Terra, se

<sup>36</sup> “Com o suicídio, tudo transvirou. Getúlio morto fez a cabeça de muitos intelectuais anteriormente opostos a ele, mas de pendor socialista. [...] A notícia do suicídio caiu em mim como uma bomba. Sobretudo a *Carta-testamento*, o mais alto documento jamais produzido no Brasil. O mais comovedor, o mais significativo. Desde que eu o li, ele é para mim a carta política pela qual me guio. É isso para os brasileiros mais lúcidos. [...] O efeito sobre mim foi a compreensão da besteira que fazia com minha postura de comunista utópico, à base de um falso marxismo. [...] Seguiu-se para mim uma mudança ideológica radical. [...] Compreendi que me cabia tentar fazer o máximo possível, aqui e agora, para enfrentar os problemas do país. Aqui e agora. Isso é o que estava fazendo Getúlio e não o Partido Comunista.” RIBEIRO, op. cit., 2012, p. 250-251.

<sup>37</sup> RIBEIRO, op. cit., 2003, p. 62-63.

comparado aos enunciados das décadas anteriores. Não obstante a diacronia que permeia os *Estudos de Antropologia da Civilização*, o senador ora afirma, com um toque de visão sincrônica, que as sociedades humanas “formam configurações contemporâneas de povos interdependentes”. Ora, se o futuro das nações “retrógradas” não equivalerá, nesse caso, ao presente das nações “avançadas”, sucede uma revisão da teleologia inerente a *O Processo Civilizatório*, a qual apontava inexoravelmente para a homogeneização das sociedades e nações, alicerçada por alguma forma de socialismo:

Assim é que se pode afirmar que o sentido do desenvolvimento humano aponta para a configuração das sociedades futuras como formações socialistas de um novo tipo. [...] Por esse rumo progredirão, provavelmente, as formações imperialistas atuais, à medida que seus contextos neocoloniais se emancipem e que elas próprias se desvinculem das imposições dos interesses privatistas sobre os Estados, para se configurarem como socialismos evolutivos. No mesmo rumo avançarão, também, as nações neocoloniais modernas, pelas vias do nacionalismo modernizador ou do socialismo revolucionário que, sofrendo a espoliação imperialista e reduzindo as constrições oligárquicas internas, as amadurecerão para a industrialização e, finalmente, para a sua configuração como sociedades futuras.<sup>38</sup>

Declinante o socialismo no Leste europeu, em 1990 o neoliberalismo legitima no plano das ideias os “interesses privatistas sobre os Estados”. O futuro revelara-se em desacordo com o prognóstico de 1968. Os efeitos do neoliberalismo sobre a política brasileira ocasionaram a proeminência da figura de Getúlio Vargas em seus discursos. Uma ideiação de Vargas é sobreposta a João Goulart, de cujo governo Ribeiro efetivamente tomara parte. A outra diferença é a concepção quanto ao porvir das sociedades ou nações. O futuro do Brasil não será o presente dos Estados Unidos. Em todo caso, falta ainda ao senador Darcy Ribeiro, em 1991, o enunciado de uma redefinição de como esse futuro se dará. Apesar de Ribeiro sustentar o *continuum* da condição de dependência do Brasil, no contexto dos anos 1990, as alterações de ordem internacional incidiram sobre seus pontos de vista. No entanto, a forma de seus discursos conserva a perspectiva opositiva do discurso nacionalista dos anos 1960. Por essa forma, define-se com clareza a identidade dos inimigos do povo brasileiro: multinacionais, elites econômicas coadunadas com o capital estrangeiro, políticos comprometidos com a desnacionalização da economia. Em contrapartida, a identidade desse povo é ainda afirmada negativamente, como sendo a de um amplo contingente humano criado e mantido para promover o enriquecimento de outrem.

### **Identidade nacional e imortalidade**

<sup>38</sup> RIBEIRO, op. cit., 2000, p. 174-175.

Darcy Ribeiro partira para o exílio, em 1964, insuflado pelo propósito de escrever um livro de interpretação do Brasil. Embora esse propósito o tenha conduzido à elaboração de uma extensa obra, o objetivo inicial não se efetivara satisfatoriamente. As categorias de análise construídas nos *Estudos de Antropologia da Civilização*, como a de *povos novos*, por certo se prestam ao enquadramento do povo brasileiro dentro do “processo civilizatório”. Contudo, esta categoria, em sua generalidade, faz-se classificatória tanto do Brasil quanto da Venezuela, bem como de outros países latino-americanos. Tais categorias de análise e esquemas conceituais conformam um quadro explicativo da formação da América Latina. Mas, dotados de amplitude, não haviam propiciado elementos distintivos o suficiente para a afirmação de uma nacionalidade especificamente brasileira. Por isso, não será somente por determinação das finalidades políticas que as falas de Ribeiro ao Senado, no decorrer de 1991, mais afirmassem o padecimento do povo brasileiro do que definissem a identidade este povo, para além de um efeito deletério das relações de produção historicamente instituídas.

Em outras palavras, esses discursos ainda não contavam com uma definição rematada do povo brasileiro, nos termos de uma ontologia nacional. Ao longo de 1992 e 1993, porém, dá-se uma modificação, pela qual uma caracterização mais minuciosa do povo brasileiro vai-se incorporando às falas e escritas de Ribeiro. Duas manifestações suas exprimem essa modificação de modo privilegiado: um livro publicado em 1992, e seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, no ano seguinte. O livro, intitulado *A Fundação do Brasil*, trata-se de um compêndio de documentos históricos dos séculos XVI e XVII, referentes às Navegações e à colonização do país.<sup>39</sup> Esse compêndio é elaborado por Darcy Ribeiro e pelo antropólogo Carlos de Araújo Moreira Neto, em atendimento a uma solicitação da venezuelana Biblioteca Ayacucho. Ribeiro escreve-lhe uma longa introdução, a que intitula “A invenção do Brasil”.<sup>40</sup> Nesta, enaltece o fato de que, “no Brasil, o processo de criação de um povo se deu de forma tão exaustivamente documentada que chega a ser exemplar”.<sup>41</sup> Reflexo de seu reconhecimento como pensador latino-americano, a requisição deste trabalho pela Ayacucho veio a preencher lacunas na formação de Darcy Ribeiro. Conhecedor de

<sup>39</sup> Dentre os documentos, constam bulas papais como a *Romanus Pontifex, Inter Cetera* e o Tratado de Tordesilhas. Além destas, um relato de viagem de Vicente Pinzón, a Carta de Pero Vaz de Caminha, a Carta *Mundus Novus*, de Américo Vespúcio. Integram o compêndio, também, textos de Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Jean de Léry, Antônio Vieira, de bandeirantes como Domingos Jorge Velho, dentre outros. Verifica-se, ainda, o ensaio *De Canibalis*, de Michel de Montaigne.

<sup>40</sup> RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A Fundação do Brasil: testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992.

<sup>41</sup> RIBEIRO & MOREIRA NETO. Op. cit., 1992, p. 16.

ensaios e romances brasileiros, faltava-lhe aprofundamento na leitura da documentação concernente ao Brasil dos primeiros séculos. Amparado por ela, seu discurso sobre a identidade nacional brasileira passa a delinear-se de maneira mais explícita:

Desta sementeira humana nasceu o povo-nação de cento e cinquenta milhões de pessoas que somos hoje. A parcela maior da latinidade. Uma neo-romanidade tardia, lavada em sangues negros e índios, inspirada pela sabedoria dos povos da floresta. Cultural e lingüisticamente unificada. Certa e segura de sua própria identidade nacional, como gente que já não sendo índia, nem afro, nem européia, é uma coisa nova nesse mundo. [...] O Brasil é a resultante da fusão desses milhões de gentes desencontradas. Fusão genésica, uma vez que a mestiçagem, aqui, sempre se fez sem freios e foi realizada com alegria, sem nenhuma noção de que fosse crime ou pecado. Fusão também espiritual, pela confluência que aqui se deu dos patrimônios culturais de nossas diversas matrizes. Tudo isso nos plasmou como um povo mestiço na carne e na alma.<sup>42</sup>

A identidade nacional é, portanto, mestiça. Essa definição não avança em relação à da categoria de *povos novos*, igualmente forjados pelo entrecruzamento dos contingentes humanos que passaram a coabitar a América Latina, desde o desembarque dos navegantes ibéricos. Todavia, a partir da documentação analisada, Darcy Ribeiro realiza uma interpretação da formação do Brasil que o singulariza entre os países latino-americanos, a partir de dois aspectos basilares. O primeiro é um novo apelo ao pensamento utópico europeu, como fizera outrora em seu romance *Utopia Selvagem* (1982). Retornando a Thomas Morus, Michel de Montaigne e Jean-Jacques Rousseau, estabelece uma correlação entre suas ideias e as notícias que chegavam à Europa sobre o “Novo Mundo”. Por meio de Colombo e Vesúcio; mas, agora, especialmente de Pero Vaz de Caminha, Hans Staden e das Cartas Jesuíticas. Ribeiro localiza os fatos enarrados por essas notícias na costa do Brasil, na forma de uma circunscrição geográfica das possibilidades utópicas. Isto quer dizer que a imagem de “Paraíso Terrenal” que dos relatos do “Novo Mundo” se consolidou na Europa se deve aos conteúdos naturais das terras brasileiras, incluindo-se aí sua fartura e sua “indianidade”.

Nessa perspectiva, o segundo aspecto é a peculiaridade das relações que se foram fundando entre os índios da costa e os portugueses. Não obstante o “genocídio e etnocídio” que se seguiriam à efetiva ocupação lusitana, Darcy Ribeiro demarca a “fundação” do Brasil em data anterior ao 1530 da chegada de Martim Afonso de Souza. Segundo Ribeiro, o povo brasileiro originou-se pela mestiçagem. Contudo, os “primeiros” brasileiros teriam sido concebidos a partir de um tipo de relação entre portugueses e indígenas, a seu modo diferenciadas, se comparadas com as formas de contato que se estabeleceriam mais tarde, uma

<sup>42</sup> Idem, p. 15.



vez implantadas a escravidão e a catequese jesuítica. Darcy Ribeiro alude então aos primeiros anos após a chegada de Pedro Álvares Cabral. À época, alguns dos poucos portugueses que vieram dar na costa brasileira, fossem degredados ou aventureiros, teriam acabado por incorporar-se às aldeias indígenas em função da prática do *cunhadismo*<sup>43</sup>:

Na tradição tribal, a única forma de relacionar-se pacificamente com estranhos era integrá-los ao grupo comunitário tribal, estabelecendo com eles uma relação de parentesco. Isto se alcançava fazendo-os casarem com uma das moças da aldeia para convertê-los em cunhados, genros e, logo depois, em pais, tios e avós. Esta instituição indígena tradicional, o cunhadismo, tornou-se a fórmula de vínculo fundamental que viabilizaria a colonização. Funcionado prontamente, ele pôs à disposição dos brancos quantidades de índias, que com eles foram viver como esposas, e de cunhados, que iam com elas, para servi-los. Cada aldeia indígena se esforçava, quanto podia, para dar uma moça ao estrangeiro, a fim de fazer dele um cunhado, ganhando, assim, sua boa vontade. Desde as primeiras eras isto se vê nos registros preciosos de Vespúcio (1501-1503) sobre a suposta sofreguidão erótica das índias e a licenciosidade dos índios em oferecer suas irmãs e filhas. O que ele e outros cronistas viram como luxúria das índias, talvez não fosse mais que o empenho em conseguir estabelecer aquela relação indispensável.<sup>44</sup>

O interesse dos indígenas nessas relações com os portugueses que chegavam é de ordem material, ou seja, visando a obtenção de instrumentos feitos em metal. Aqui, a centralidade do fator tecnológico nas interações entre os povos ressoa os *Estudos de Antropologia da Civilização*, fazendo ratificar seus enunciados mediante o estudo de documentação quinhentista. O *cunhadismo* opõe-se, assim, à catequese e à escravidão, à medida que fez adequar os portugueses à institucionalidade indígena, e não o contrário, como se daria posteriormente. Essa forma primeira de integração, que teria estimulado a prática da mestiçagem, se afigura para Ribeiro como a raiz de um diferencial do povo brasileiro, traduzido nos anos 1990 em termos do tamanho da sua população. Os cento e cinquenta milhões que perfazem “A parcela maior da latinidade”, originados pelo *cunhadismo*. Mas o componente essencial da identidade nacional, segundo a definição apresentada, é ainda negativo. Decorrendo da mestiçagem, a nacionalidade brasileira se constituiria por uma espécie de “identificação às avessas”:

O brasileiro é aquele que se assume como brasileiro para deixar de ser ninguém. É filho da índia prenhada por um branco, que não se identifica com seu gentio materno,

<sup>43</sup> Apesar de designar uma prática indígena assim nominada pelos portugueses, no decurso da colonização do Brasil, o termo *cunhadismo* tem sua origem na expressão hispânica *cuñadrazgo*. A respeito do cunhadismo, ver: FERNANDES, João Azevedo. *Violência e mestiçagem: a origem da família brasileira na obra de Darcy Ribeiro*. Recife, Revista ANTHROPOLÓGICAS, v. 15, n. 1, 2004, p. 155-183.

<sup>44</sup> RIBEIRO & MOREIRA NETO, op. cit., 1992, p. 33.

subjugado e subalterno, mas também não é aceito como igual pelo gentio paterno, que o vê como filho da terra, bastardo e espúrio. É o mulato, parido por uma negra prenhada pelo amo ou pelo capataz, que não quer ser negro, por ser mais claro e por rejeitar a condição servil da mãe, mas não é visto como igual pelos brancos, nem, sequer, como gente verdadeira. Esses mestiços e mulatos, Zé-ninguéns, já não sendo índios, nem afros, nem europeus, caem no vazio do não ser, de que só podem escapar assumindo outro ser, a sua identidade, a de brasileiro. Brasileiro é, pois, esta gente nativa mestiça, sobrando e indesejada, que irrompe na sociedade colonial, partida entre senhores e escravos, como uma entidade nova e intrusa. A imensa maioria destes brasileiros, tanto os de ontem como os de hoje, tidos como brancos, deixa ver, nas feições, a marca de sua origem indígena; se morenos, sua ancestralidade africana.<sup>45</sup>

De todo modo, o texto introdutório de Darcy Ribeiro ao compêndio de documentos dos primeiros séculos do Brasil é um marco à composição de suas ideias, seja expandindo-as, seja reformulando conceitos prévios. A procura de conferir precisão à definição da identidade brasileira acresce ao seu discurso o emprego de vocábulos que, ou bem não constavam do repertório de seus *Estudos de Antropologia da Civilização*, ou bem se faziam ler de maneira esporádica. Tal é o caso do *cunhadismo*, como também será o de *matrizes*, *mameluco*, ou *ninguém*. Tanto quanto se intensifica seu recurso à ideia de *utopia* na caracterização do país.

Além da elaboração do livro para a Ayacucho, Darcy Ribeiro é eleito, em 1992, para a Cadeira 11 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono fora Nicolau Fagundes Varela. Sucedendo a Deolindo Augusto de Nunes Couto, Ribeiro se incorporava à Academia como consequência de sua obra literária, composta por quatro romances publicados no Brasil, no retorno do exílio. A cerimônia de posse ocorreria em abril de 1993. A influência do trabalho com os documentos históricos do Brasil à época se faz clara no discurso proferido então por Ribeiro:

O Brasil surge e se edifica a si mesmo, não em razão dos desígnios dos seus colonizadores. Eles só nos queriam como feitoria lucrativa. Contrariando suas expectativas nos erguemos, imprudentes, inesperadamente, como um novo povo, distinto de quantos haja, deles inclusive, na busca de nosso ser e de nosso destino.<sup>46</sup>

Esse discurso reverbera seu desassossego quanto aos infortúnios da formação do Brasil, articulando na descrição do passado e do presente a dominação externa com o subdesenvolvimento interno. Dessa maneira, alinha-se com suas duas primeiras falas ao Senado. Todavia, à diferença daquelas, se propõe à evidenciação de uma identidade nacional, na qual deve repousar todo projeto emancipatório:

<sup>45</sup> Idem, p. 32.

<sup>46</sup> RIBEIRO, Darcy. *Discurso de Posse do Acadêmico Darcy Ribeiro*. In: Brasília, *Carta*, n. 7, 1993b, p. 11-28.

Somos, pois, inelutavelmente, uma criatura mais da civilização ocidental, condenada a expressar-se dentro dos seus quadros culturais. Uma romanidade tardia, tropical e mestiça. Uma nova Roma, melhor, porque racialmente lavada em sangue índio, em sangue negro. Culturalmente plasmada pela fusão do saber e das emoções de nossas três matrizes; iluminada pela experiência milenar dos índios para a vida no trópico; espiritualizada pelo senso musical e pela religiosidade do negro. Deste caldeamento carnal e espiritual, surgimos nós, os brasileiros. Somos, apesar de toda essa romanidade, um povo novo, vale dizer um gênero singular de gente marcada por nossas matrizes, mas diferente de todas, sem caminho de retorno a qualquer delas. Esta singularidade nos condena a nos inventarmos a nós mesmos, uma vez que já não somos indígenas, nem transplantes ultramarinos de Portugal ou da África. Somos os portadores da destinação que, forçados pela história, nossos pais se deram, a seu gosto ou a seu pesar, de plasmar este novo gênero humano, o brasileiro; com vocação mais humana, porque feito de mais humanidades e porque engendrado de forma mais sofrida.<sup>47</sup>

Outra vez o apelo à romanidade sobressai. Desponta uma Roma latino-americana, “tropical e mestiça”, como êmula da Roma da América do Norte, de “sotaque anglo-texano”. Da análise de conjuntura feita à época inicial do mandato no Senado até o discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, transcorreram dois anos. No decurso desse biênio, Darcy Ribeiro aviou uma definição identitária brasileira que restara como lacuna não preenchida na produção intelectual anterior, quer dizer, que não se construía de forma plena nos *Estudos de Antropologia da Civilização*. Sob a óptica destes, combinada com o olhar sobre a história segundo *O Processo Civilizatório*, na América Latina a preponderância da latinidade ibérica na composição dos povos leva a que a romanidade não seja mera metáfora literária. Como também não é, no caso brasileiro, senão ontológica a mestiçagem biológica e cultural de que se plasmou esta nova romanidade de ultramar:

Somos, em consequência, um povo síntese, mestiço na carne e na alma, orgulhoso de si mesmo (...). Um povo sem peias que nos atem a qualquer servidão, desafiado a florescer, finalmente, como uma civilização nova, autônoma e melhor. Falo de civilização autônoma, sem nenhuma pretensão de poderio autárquico. Bem sei que este é um mundo só, de nações interdependentes. Mas sei, também, que as há autônomas, como também as há dependentes. Nós, brasileiros, bem podemos optar pela autonomia e pela singularidade, em razão de nossa dimensão continental e da condição de maior das províncias neo-latinas.<sup>48</sup>

A consecução da autonomia nacional fundada nessa neo-latinidade mestiça, de *revival* romano, reclama o incurso da ação política. Darcy Ribeiro afirmara a Clarice Lispector, nos anos 1970, que somente os romancistas são intelectuais de fato. De acordo com essa concepção, imortalizado pela Academia Brasileira de Letras ter-se-ia assim elevado ao ápice da intelectualidade nacional. Ocorre que, frente à geopolítica dos anos 1990, os salões da

<sup>47</sup> RIBEIRO, Darcy. Op. cit., 1993b, p. 14.

<sup>48</sup> Idem, p. 15.

Academia haviam-se tornado restritos quanto à tarefa de iluminar a consciência do povo para que este optasse pelo rompimento da submissão. Enfim, o século XX que, como dito, havia predisposto aos brasileiros três ocasiões para o alcance de uma real independência, ensejava, em seu desfecho, uma quarta:

Urge vencer esse desafio que a história novamente nos propõe, para sermos, afinal, a civilização inigualável que podemos ser. Este repto civilizacional desafia nossos estadistas a formular um projeto nacional de desenvolvimento para nos livrar do que seria uma nova condenação ao atraso.<sup>49</sup>

Consideravelmente menos fatalista do que a anterior análise de conjuntura, o discurso de posse da Cadeira 11 mantém, entretanto, um grau de apreensão quanto ao porvir. No ocaso do socialismo pós-1989, Darcy Ribeiro mantém a reprimenda à antropologia brasileira e, no campo da ação política, reafirma sua fidelidade ao trabalhismo. Apesar disso, o apelo ao reformismo janguista cede lugar a um tempo mais remoto. A memória do trabalhismo “vivido” no começo dos anos 1960 retrocede e se acode na imagem martirizada de Getúlio Vargas, contraposta ao Plano Nacional de Desestatização. Em meio à apreensão, o senador-imortal pensa que o contexto dos anos 1990 coloca ao Brasil uma nova possibilidade de ruptura da condição dependente. Esse momento histórico requer o papel atuante dos intelectuais genuinamente comprometidos com a emancipação do país. Portanto, definidos os adversários dessa emancipação, assim como delineada, com o suporte dos textos quinhentistas e seiscentistas, a identidade nacional, cumpriria denunciar esses adversários. Mais ainda, exaltar tal identidade por todos os meios disponíveis ao povo brasileiro, para além da Tribuna do Senado e da Academia Brasileira de Letras.

### **O exercício da intelectualidade orgânica**

Mais do que incorporar-se ao domínio de uma *intelligentsia* brasileira, no correr dos anos 1990 Darcy Ribeiro desejou exercer uma intelectualidade orgânica, por definição gramsciana. Dessa maneira é que os meios de veiculação de suas ideias se mostram deveras diversificados, como a publicação de livros articulada com aparições televisivas ou em revistas e jornais. Não é o caso de se afirmar, contudo, que Ribeiro tenha começado aí a procurar espaços na imprensa para expressar seus posicionamentos. Desde um embate com Carlos Lacerda, no final da década de 1950, passando pela contenda com Roberto DaMatta,

<sup>49</sup> Ibidem.

em fins dos anos 1970, já se utilizava desse expediente. O que se pretende aqui demonstrar é a ocorrência intencional de uma exacerbação desse uso, ao longo do período examinado.

A classificação da atuação de Darcy Ribeiro na última década do século XX sob a categoria de *intelectual orgânico*, empregada pelo autor de *Os intelectuais e a organização da cultura*, não corresponde a uma escolha analítica arbitrária. A respeito da exposição midiática, justamente em um programa de televisão, o senador pedetista afirma que “Gramsci dizia que todo membro de partido político é um intelectual”.<sup>50</sup> Não quer Ribeiro, com isso, sustentar que somente de pensadores se devam compor os partidos políticos. Ao afirmá-lo, tem como intento mostrar que não existe efetivamente a segmentação weberiana entre homens de ciência e de ação. A política é em si mesma uma atividade intelectualmente especializada. Portanto, a filiação partidária, do mesmo modo que a ambiência universitária, faz-se formativa de intelectuais. O nivelamento intelectual feito por Darcy Ribeiro entre academia e partido justifica o hibridismo político-intelectual de sua própria trajetória e, conseqüentemente, a vocação política de sua teoria antropológica. Mas não se consome nessas justificativas. Deve-se, então, recordar suas críticas aos “cavalos-de-santo”. Ainda à época de regresso do exílio, Ribeiro via com desconfiança os cientistas sociais formados pelas universidades brasileiras – nem todos os intelectuais podem ou querem contribuir politicamente para com o país.

Em que pese seu envolvimento na implantação da Universidade Estadual do Norte Fluminense durante o segundo governo de Leonel Brizola, Darcy Ribeiro estava desde há muito afastado da vida universitária. Os anos 1980 e 1990 foram de prevacente dedicação ao PDT e aos cargos políticos conquistados em nome dessa filiação. Daí o enaltecimento da intelectualidade formada nos partidos, em detrimento dos cientistas sociais academicamente preparados. Logo, os mais competentes intelectuais não pertenceriam às universidades, mas aos partidos políticos. Tampouco seriam os romancistas, como projetava o Darcy Ribeiro dos anos 1970. Por conta dessa mudança de acepção, a imortalidade recebida da Academia Brasileira de Letras, em 1993, não o satisfaz de modo a dar por pronta e acabada a própria obra. Recorde-se que, apesar do enaltecimento dos quadros partidários, o senador dos anos 1990 evocava frequentemente a própria formação em ciências sociais, pioneira no Brasil,

<sup>50</sup>RODA VIVA. Op. cit., 17 de abril de 1995. Ribeiro por certo se refere à seguinte assertiva de Gramsci: “Que todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais, eis uma afirmação que se pode prestar à ironia e à caricatura; contudo, se pensarmos bem, veremos que nada é mais exato. Dever-se-á fazer uma distinção de graus; um partido poderá ter uma maior ou menor composição do grau mais alto ou do mais baixo, mas não é isto que importa: importa, sim, a função, que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, intelectual. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982, p. 15.

como um dado legitimador de convicções políticas. Mesmo que essa formação se tenha acompanhado de uma militância rememorada como “salvadora” no PCB paulistano. Ademais, suas falas ao Senado estruturam-se sobre conceitos histórico-antropológicos, tomados de uma teoria que engendrara nos tempos desterrados de docência em universidades latino-americanas, no Uruguai ou na Venezuela.

O Darcy Ribeiro dos anos 1990 alega que os partidos produzem intelectuais mais competentes e comprometidos com o país do que as universidades. Contudo, o vocabulário de seus discursos, como mandatário pelo PDT, provém menos da prática legislativa do que da obra elaborada *pari passu* com as vivências acadêmicas pregressas. Logo, sua definição do que vem a ser uma intelectualidade é oscilante e, por vezes, anfibológica. Se restam dúvidas sobre a base em que se deve assentar a formação dos intelectuais – universidade, literatura ou partido –, assim mesmo o exame das manifestações de Darcy Ribeiro no contexto dos anos 1990 possibilita inferir um duplo papel atribuído e estes, junto ao povo e em sua defesa, mormente no que diga respeito a intelectuais nascidos em países como o Brasil:

Há intelectuais que, enquanto ser humanos, são bons sujeitos. Há intelectuais bons sujeitos, como eu também, que sou intelectual de sua pátria, de seu povo. Está aqui para ajudar o povão, está comovido, está indignado. Intelectual que está indignado com o Brasil tal qual é, porque pode ver... Agora, a canalha gosta mesmo é do poder. Gosta mesmo é das multinacionais. A maior parte dos nossos coleguinhos está na vida rica, na tripa-forra. Não tem nada com esse país. A atitude deles é a de que o empresário ganhe mais dinheiro, que ele tenha sua boca também. Então, eu acho que o Brasil não tem uma intelectualidade fiel ao Brasil. Precisa de muito mais. Eu acho que a fidelidade ao seu povo e ao seu tempo, estar aqui, preocupado com o seu povo, com o destino de seu povo. Isso não é importante na Inglaterra. Na Inglaterra, o intelectual pode fazer palavras-cruzadas, ou na Suíça. Mas, aqui, não. Nós aqui estamos urgidos.<sup>51</sup>

Em sendo duplo seu papel, a primeira incumbência dos intelectuais brasileiros deve ser de denúncia de tudo quanto seja nocivo ao povo. Isto demarca uma contrariedade entre os intelectuais e a grande imprensa. Darcy Ribeiro acusa os jornais de manipularem as notícias, dada uma acentuação de sua subordinação a interesses econômicos<sup>52</sup>:

Neste momento, a coisa se apresenta ainda mais grave, porque toda a mídia é controlada pelo caixa. Não há mais jornalistas com idéias próprias, defendendo seu pensamento. É o caixa que determina. Há uma unanimidade terrível, inédita na nossa história. Outrora, havia jornais e jornalistas que pensavam diferente. Agora, tudo é

<sup>51</sup> RODA VIVA, op, cit., 1995.

<sup>52</sup> Darcy Ribeiro aponta no Brasil dos anos 1990 um fenômeno apreendido por Gramsci a partir da Itália dos anos 1920: “num jornal moderno, o verdadeiro diretor é o diretor administrativo e não o diretor da redação”. GRAMSCI, Antonio. Op. cit., 1982, p. 164.



unânime, em função do caixa. Os anunciantes determinam o que fazer. A reforma constitucional é um bom exemplo. Procuram indicar que ela é boa para o povo, quando é exatamente o contrário.<sup>53</sup>

Por essa razão, inventa uma imprensa própria, a revista *Carta*”, editada desde seu gabinete no Senado, não obstante a circulação restrita desta. Veiculou-se através dessa revista, em 1991, a análise de conjuntura global suprarreferida. Nos limites do período examinado, tal análise estabelece um marco ao papel de denúncia cabido aos intelectuais, ao colocar sob suspeição o futuro do Brasil dentro da “nova ordem mundial” anunciada por George Bush. Pouco mais tarde, quando a desconfiança relativa à grande imprensa adquiriu contornos mais definidos discursivamente, Darcy Ribeiro publica o livro *O Brasil Como Problema*. Em nota do autor à primeira edição, lê-se que “Só o livro comum, vendido em livraria, atinge realmente o público leitor”.<sup>54</sup> Na composição do livro, predominam textos que são adaptações de seus discursos na Tribuna do Senado. Como se, por não poder frequentá-la a maioria do povo brasileiro, fossem-lhe oferecidos, por meios não jornalísticos, textos-diagnósticos da real situação do país. Além do que, uma prestação de contas da lealdade do parlamentar às causas defendidas de longa data. É o que se testifica nesta nota introdutória:

Minha fala é a do cruzado que sou, sempre defendendo minhas causas ou expressando minha indignação. Seja a salvação dos índios. Seja a reforma agrária. Seja a ruindade de nossas elites. Seja o descalabro da educação brasileira. seja a universidade necessária. Seja a malandrice neoliberal.<sup>55</sup>

A primeira incumbência dos intelectuais, denunciativa, acrimina a imprensa pondo em xeque o conteúdo das notícias por ela propagadas. Como forma de conscientização do povo, denunciar as distorções da realidade operada por essas notícias demanda ampliação do público leitor. *O Brasil Como Problema* vem à luz com a mesma finalidade de *Noções de Coisas*, publicado concomitantemente. Mas, no caso deste último, varia-se o público, encampando o infanto-juvenil. Neste livro, reponta a inspiração confessa de Darcy Ribeiro em Ruy Barbosa: “Rui editou, há mais de um século, um livrão (...). O livro se chama Lições de Coisas. Seu objetivo era ensinar aos professores das escolas primárias como dar boas aulas.

<sup>53</sup> RIBEIRO, op. cit., 1998, p. 92-93.

<sup>54</sup> RIBEIRO, Darcy. *O Brasil Como Problema*. São Paulo: Global, 2015, p. 15.

<sup>55</sup> RIBEIRO, op. cit.

Isto é o que faço aqui”.<sup>56</sup> Embora o prólogo mencione os professores, as páginas a seguir focalizam os alunos:

Vejo muita criança perguntona e não vejo ninguém com paciência para explicar as coisas a elas. [...] Vou contar para vocês, tintim por tintim, tudo o que sei. [...] Vou dizer aqui, por escrito, o que acho das coisas desse mundo, com a sabedoria que vim juntando a vida inteira.<sup>57</sup>

A “organização da cultura” pelo político-intelectual nos anos 1990 quer dirigir-se a todas as faixas etárias – letradas – do povo brasileiro. Colocando-se nas prateleiras das livrarias, Ribeiro materializa as recomendações de Gramsci: “Os leitores devem ser considerados (...) como elementos ideológicos, ‘transformáveis’ filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação”.<sup>58</sup> Contudo, que a assertiva gramsciana identifica sobretudo os leitores de jornais, o que compreende igualmente a direção da escrita de Darcy Ribeiro, em paralelo à publicação dos referidos livros. Não é novidade a exposição de suas opiniões em jornal. Mas a década de 1990 traz à sua atividade política e intelectual uma culminância desse tipo de veiculação. Dessa feita, em agosto de 1995, o senador aceita um convite da *Folha de S. Paulo* para a redação de uma coluna semanal:

Antropólogo, ensaísta, romancista e senador, Darcy Ribeiro, 72, estréia amanhã como colunista da Folha. Vai escrever às segundas-feiras, na página 1-2, ocupando espaço que desde junho de 1989 era do sociólogo Florestan Fernandes, morto no dia 10 passado. Autor de livros como “O Povo Brasileiro” (95), “O Mulo” (81), “Maíra” (76) e “O Processo Civilizatório” (68), Darcy Ribeiro aceitou pela primeira vez colaborar de forma semanal e permanente para um jornal. “Já havia recebido diversos convites, mas nunca havia aceitado. Os textos para jornal têm uma urgência que não combina com os textos de escritor”, afirma. “Mas a idéia da produção semanal de uma crônica me excitou muito. Permite que certas pequenas vivências sejam comunicadas”, acrescenta.<sup>59</sup>

Função esta que desempenharia até falecer. O aceite à redação da coluna converge com a proposta impingida por Darcy Ribeiro à própria postura intelectual, fazendo espalhar ideias mediante um impresso de circulação ainda maior que a dos livros. Comparados com as páginas de *O Brasil Como Problema*, os textos escritos para a *Folha de S. Paulo* guardam similitude ou mesmo igualdade temática, e a tônica não se mostra suavizada entre um tipo de publicação e outro. Pareiam-se a escrita de livros levados a público com o intento de

<sup>56</sup> RIBEIRO, Darcy. *Noções de Coisas*. São Paulo: FTD, 1995, p. 5.

<sup>57</sup> RIBEIRO, Darcy. Op. cit., 1995, p. 9.

<sup>58</sup> GRAMSCI, op. cit., p. 163.

<sup>59</sup> *Folha de S. Paulo*, 27 de agosto de 1995.

contrabalançar a manipulação do povo por ação da grande imprensa e o trabalho contínuo para um jornal de ampla tiragem, localizado em São Paulo, polo de emanação do “privatismo”, doutrina hegemônica, por sobre o restante do Brasil.<sup>60</sup> Logo, a despeito das críticas à alienação promovida por essa imprensa, Ribeiro dela acaba se utilizando, como modo de desempenhar uma espécie de “contra-hegemonia”, conforme expressão gramsciana relativa ao combate dos intelectuais à dominação exercida pelos veículos de comunicação.

Uma revista própria, a publicação de livros e a coluna semanal em jornal tornam patente que, na década de 1990, Darcy Ribeiro explorou variadas formas de atingir com suas ideias um contingente maior de pessoas do que as poucas dezenas de seus pares do Senado Federal ou da Academia Brasileira de Letras. Mais partidária do que acadêmica, sua atitude sobreleva-o à categoria de intelectual orgânico. Da parte denunciativa da atividade intelectual, são dignas de nota mais duas questões, a saber, a da oposição de Ribeiro à instauração do parlamentarismo no Brasil, e a de seus juízos acerca do fenômeno da globalização.

### **Reptos a um parlamentarismo à brasileira**

Na campanha ao plebiscito de 21 abril de 1993, Darcy Ribeiro posicionou-se, fazendo coro com PDT, em favor da manutenção da forma republicana de governo e do sistema presidencialista. Posição compartilhada com PT, PFL, PMDB e PTB, a formação da *Frente Presidencialista* ensejou a elaboração de um manifesto, tomando Ribeiro a frente desse afazer. O manifesto ganhou a forma de uma coletânea<sup>61</sup>, reunindo textos de políticos e intelectuais republicanos, dos séculos XIX e XX, de Lopes Trovão e Joaquim Nabuco a Leonel Brizola, Orestes Quécia e Fábio Konder Comparato, em meio a outros. Organizador, Darcy Ribeiro escreve também a introdução dessa coletânea, intitulada *Manifesto da Frente Republicana Presidencialista*.<sup>62</sup> Nesta, o plebiscito é denunciado como uma manobra política antidemocrática. Pragmaticamente, o senador pouco alude no texto à possibilidade de modificação da *forma* de governo, como se fora o avento do regresso à monarquia uma tática para encobrir o real intento daquela votação: a mudança de *sistema*, impossibilitando ao povo a eleição direta de seu representante maior, ou até mesmo o alcance do mais elevado cargo político por qualquer cidadão:

<sup>60</sup> Darcy Ribeiro definira o “privatismo” como uma “religião nova, e muito paulista”. RODA VIVA. Op. cit., 20 de junho de 1988.

<sup>61</sup> RIBEIRO, Darcy (Org.) *Formas e Sistemas de Governo – República X Monarquia/Presidencialismo X Parlamentarismo*. Petrópolis: Vozes, 1993c.

<sup>62</sup> RIBEIRO, Darcy. Op. cit., 1993c, p. 7-17.

O parlamentarismo é uma flor inglesa que se difundiu pela Europa Nórdica como forma de perpetuação de suas monarquias. Teve sorte variável no resto do mundo. Não pegou mesmo foi na grande província neobritânica que é a América do Norte. Ali é que surgiu, aliás, como uma invenção política, a República moderna, o Federalismo e o Presidencialismo. Seus princípios básicos também se difundiram como forma nova de governo democrático fiel à representação popular, especialmente atrativa, porque entrega efetivamente todo poder ao eleitorado e porque dá a cada cidadão a confiada esperança de que ele pode vir a ser o presidente.<sup>63</sup>

Darcy Ribeiro não se mostra avesso ao parlamentarismo em si, mas à sua aplicabilidade às circunstâncias políticas brasileiras. A didática da explicação enaltece a “República moderna”, o presidencialismo e o federalismo. Ao defender o sistema presidencialista, subentende-se seu apreço à forma republicana. Não será impróprio reparar uma similitude entre o panegírico de Darcy Ribeiro ao presidencialismo e o de um dos autores lidos em sua juventude. Este é Oliveira Vianna, para quem o Poder Legislativo possui importância secundária em relação ao Executivo.<sup>64</sup>

Traço comum ao Vianna dos anos 1930-1940 e o Ribeiro dos anos 1990 é a centralidade de Getúlio Vargas, efetiva para um, ideada para o outro. O getulismo professado por Ribeiro implica a maior relevância do Poder Executivo e o apelo à concepção de um “povo” a ser acudido pelo exercício do comando político do país por uma liderança paternalista. Diferentemente de um parlamentarismo *à brasileira*, que, ao entregar o governo do país a um grupo seletivo de representantes de interesses escusos, configurar-se-ia em um sistema anti-povo, o presidencialismo deteria o

ideal de um governo do povo, pelo povo e para o povo. Abraçados nessa bandeira estiveram ontem os que lutaram pela abolição da escravidão, pela independência do Brasil, pela República e pelo Federalismo. É hoje a postura daqueles que estão descontentes com o Brasil tal qual é, e lutam para transformá-lo, a fim de fazer desse país a casa de todos os brasileiros, em que cada cidadão tenha seu emprego, cada criança sua escola e cada necessitado o socorro de que carece, e todos vivam em liberdade e dignidade. [...] O Presidencialismo põe a cidadania diante da figura de um líder por ela escolhido, em eleições livres e competitivas, para governar no decurso de um mandato prescrito, sob o controle do Parlamento e do Judiciário. Ninguém pode se equivocar sobre a responsabilidade e a respeitabilidade de seu governo. É ele que responde por seus atos e pelos atos de cada ministro. É ele que se defronta com o Parlamento, requerendo a aprovação de seu programa de governo e reclamando as leis de que o país necessita. É ele que trata com o Judiciário para garantir o estado de direito. Ele é quem encarna a nação na luta pelo cumprimento de seu destino.<sup>65</sup>

<sup>63</sup> Idem, p. 7.

<sup>64</sup> Conforme QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza. *A Sociologia Política de Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora Convívio, 1975.

<sup>65</sup> RIBEIRO, op. cit., 1993c, p. 8-9.

A precariedade das condições de vida do povo brasileiro requer a figura de uma liderança a “encarnar a nação”. Pode-se especular que, marcado um novo pleito para o ano seguinte, essa defesa do presidencialismo corresponderia à necessidade de manutenção do sistema político que permitiria uma nova candidatura de Leonel Brizola. O que, de fato, sucedeu, face à vitória do presidencialismo no plebiscito. Brizola, herdeiro político de Vargas em um contexto sem João Goulart, “encarnaria a nação” porquanto integrado ao conjunto dos “que estão descontentes com o Brasil tal qual é, e lutam para transformá-lo, a fim de fazer desse país a casa de todos os brasileiros”. Do excerto, nota-se ainda uma diferença entre o autoritarismo que demarca o pensamento de Oliveira Vianna e o democratismo pedetista de Darcy Ribeiro. Mesmo sustentando que o chefe do Executivo é quem representa a nação, Ribeiro ressalta o princípio de coparticipação na condução do país, bem como a premência do diálogo e do acatamento, pelo presidente da República, das decisões do Legislativo e do Judiciário.

Solucionável no plano interno por uma vitória do presidencialismo no plebiscito, a questão da forma e do sistema de governo, em sua contestação e na arremetida dos adeptos ao parlamentarismo, seria fruto de influxo externo sobre o Brasil. Por essa convicção é que Ribeiro, encaminhando as linhas finais do texto introdutório ao *Manifesto* republicano e presidencialista, chama a atenção para os motivos “reais” daquele chamamento dos eleitores brasileiros às urnas:

As questões e os desafios políticos básicos que se colocam hoje ao Brasil não são a opção entre a Monarquia e a República, e entre o Parlamentarismo e o Presidencialismo. São, isto sim, a defesa da União contra as ameaças que podem alçar-se contra ela, em razão dos desníveis regionais e das tensões provocadas pelo surgimento de uma nova ordem internacional, em que tudo é posto em causa, inclusive a soberania das nações.<sup>66</sup>

Pôr em causa a “soberania das nações” consiste em instabilizá-las, pelo incitamento aos dissensos internos, ao que teria vindo o plebiscito de 1993. Além de instabilizar, a “nova ordem internacional” serve-se de outras manobras, sobressaindo a disseminação de um discurso hegemônico neoliberal, o qual, dentro em pouco, se nominaria por “globalização”. Coloca-se a segunda questão cara ao papel denunciativo e conscientizador dos intelectuais. Na apreensão do termo *globalização* por Darcy Ribeiro ocorre uma sinonímia com a palavra “recolonização”. Seus enunciados referentes à globalização e seus efeitos sobre o Brasil são pendulares. Ora classificam-na como mera confirmação da condição dependente mantida há

<sup>66</sup> Idem, p. 16.

quase cinco séculos, ora como criadora em potencial de um novo tipo de colonialismo, velado e falsamente apresentado como progresso civilizatório ou “modernidade”. Suas críticas à globalização encrustam-se na revisão da teleologia da história humana, da *antropologia dialética*. Em *O Processo Civilizatório*, Darcy Ribeiro vaticinara que

O futuro mais longínquo, o do homem, será, certamente, o da antevisão de Marx. Este se cristalizará no curso de uma civilização que amadurecerá com o novo homem produzido pela Revolução Termonuclear, já não adjetivável étnica, racial ou regionalmente. Essa será a civilização da humanidade.<sup>67</sup>

Anteriormente a Francis Fukuyama, Ribeiro pensara em um “último homem”, o qual pertenceria a uma humanidade socialista e homogeneizada. De fato, no mundo pós-1989, a homogeneização torna-se palavra de ordem. Contudo, denominada *globalização* e alavancada por relações de produção e consumo, favorece a descrição de um “último homem” capitalista e liberal. As implicações da globalização, no que toca à cultura, aos olhos do intelectual brasileiro ocultam e validam uma alienadora subalternidade dos países dependentes aos países que sediam as matrizes das corporações multinacionais. Resistir a elas careceria, pois, da adjetivação daqueles países em termos da solidificação de um discurso identitário nacional. A visão da história brasileira como uma continuidade ininterrupta de submissão a nações mais poderosas determina o sentido crítico dessa apreensão. A integração econômica do planeta subjaz às causas da “fundação” do Brasil:

O princípio da globalização é a idéia mais velha do Brasil, apresentada como uma novidade. Dizem que nós estamos às vésperas desse fenômeno econômico e que ou o Brasil se insere nela ou será um país marginal. Isso é uma besteira cavalari. [...] Nós já estamos dentro da globalização, há séculos. É inegável que o intercâmbio mundial tende a aumentar, acelerar-se. Isso significa que um país como Honduras, ou São Domingos, por exemplo, não tem outra perspectiva a não ser buscar sua inserção nesse contexto. Acontece que o Brasil não é Honduras! Temos um território maior que o dos Estados Unidos, em áreas aproveitáveis para a agricultura e a pecuária. E nossa população é a metade da americana!<sup>68</sup>

São de responsabilidade dos Estados Unidos quanto as formas renovadas e agravadas de submissão das nações mais pobres. Ressoa de *O Dilema da América Latina* a antítese do imperialismo praticado pelo país agora adjetivado por “Colosso” norte-americano. Assim é que, contra o discurso hegemônico propalado por este, Ribeiro argui que

<sup>67</sup> RIBEIRO, op. cit., 2000, p. 178.

<sup>68</sup> RIBEIRO, op. cit., 1998, p. 94-95.



Não há maior besteira que a de um brasileiro embasbacar-se com a doutrina norte-americana da globalização. É compreensível que um país pequeno, sem potencialidades assinaláveis, se conforme com a fusão no Colosso porque, sendo isto inevitável, o melhor é relaxar-se para tirar algum proveito. Este não é, evidentemente, o caso do Brasil.<sup>69</sup>

Aqui, globalização passa da categoria de “ideia” à de “doutrina”. Jamais, em Darcy Ribeiro, o termo viria a designar um fenômeno dotado de factibilidade. A não ser que sua significação retroceda ao tempo quinhentista, em que a colonização do Brasil esteve oficializada. Querendo dar conta da explicação apenas do mundo no presente, a globalização não é mais do que uma distorção da realidade, pelo emprego de um vocábulo engendrado pelo neoliberalismo. Nada há de “moderno” na vinculação do Brasil ao mercado global. O espraiamento dessa palavra pelos meios jornalísticos pátrios deforma a visão de mundo dos consumidores de informes da grande imprensa e atende aos anseios de legitimação, perante o povo brasileiro, das privatizações empreendidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, justificando-se a entrega das empresas estatais do país ao mercado, com o assessoramento de seus tecnocratas:

Uns tecnocratas bisonhos, catados no mundo pelo FH, andam encantados com a excelência do mercado mundial. É moda recente, e já obsoleta, mas continua fazendo suas cabeças alienadas. Deram para adjetivá-lo de global, para mais enfatizar suas qualidades e poderes. Têm toda razão. A coisa é realmente espantosa, de tão lucrativa. Mas não é novidade nenhuma. Nem jamais criou prosperidade generalizável para os imensos proletariados externos conscritos para ele. [...] O que falta aos tecnocratas deslumbrados é a percepção de quanto antigo é o sistema mundial de mercado. De que o Brasil nasceu dentro dele e até ajudou a criá-lo. Para isso, converteu-se num moinho de gastar gentes, que liquidou, na produção do que não comiam, dezenas de milhões de negros e índios. Com efeito, nascemos para prover açúcar para adoçar boca de europeu.<sup>70</sup>

A ruptura desse contínuo desgaste não pode prescindir de uma intelectualidade dedicada ao povo brasileiro. Nesse passo importa um raciocínio sobre outro aspecto da produção intelectual e das atividades políticas de Darcy Ribeiro. Embora explorar sua faceta de “educador” não seja prioridade para este trabalho, é preciso referir que o tema da educação é uma constante de seus discursos e práticas nos anos 1990. Como constante foi, nesse âmbito, a afirmação do fracasso educacional brasileiro, em todos os níveis. Ribeiro assevera que sequer as universidades, desde a ditadura militar, vinham sendo capazes de desalienar as supostas elites intelectuais do país por elas formadas. Explica-se, dessa maneira, a escrita de

<sup>69</sup> RIBEIRO, Darcy. *Projeto Brasil*. In: \_\_\_\_\_. *Crônicas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009, p. 31.

<sup>70</sup> RIBEIRO, Darcy. *Salve o mercado global*. In: RIBEIRO, op. cit., 2009, p. 143.

um *Noções de Coisas* dirigido às crianças, simultaneamente à criação da Universidade Federal do Norte Fluminense. Uma universidade feita para que “o ensino e a experimentação se integrem no estudo dos temas e problemas mais relevantes para o desenvolvimento do Brasil”<sup>71</sup>, a fim de que o país se integre, de forma não subordinada, ao “corpo da Civilização Emergente”.<sup>72</sup> Ante um fracasso educacional generalizado, os “exercícios de intelectualidade orgânica” viriam a suprir lacunas, concedendo ao povo possibilidades de compreensão do Brasil. O papel de denúncia para conscientização, requerido dos intelectuais, a exemplo da explicação antevista sobre a origem de federalismo ou presidencialismo, é essencialmente didático.

Falhadas em suas atribuições as escolas e universidades, os livros e jornais, como a televisão e outros meios de comunicação, são transmutados em instrumentos educativos, colocando a descoberto para esse povo os meandros de sua própria história. Como um alerta quanto ao engano representado por neologismos a encobrir velhas relações de dominação. Eis um papel inescusável dos intelectuais. Papel que, sendo necessário, não é, contudo suficiente. Visto que a atuação de Darcy Ribeiro demonstra que esse papel é duplo, a segunda incumbência da intelectualidade nacional corresponderia à de compor e difundir utopias. Empregada literariamente em *Utopia Selvagem*, a palavra inventada por Thomas Morus adquire força e permeia a atividade política, como se imprime praticamente em toda a produção intelectual de Ribeiro nos anos 1990. Fazendo-se ler, por exemplo, na introdução escrita para *A Fundação do Brasil*, em textos de *O Brasil Como Problema*, e em várias das colunas semanais para a *Folha de S. Paulo*. Ademais, dando-se a ouvir na primeira fala ao Senado, do mesmo modo que no discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. Indagado pelo filósofo Mário Sérgio Cortella, durante um programa de televisão, se considerava-se um utópico, Ribeiro redarguiu que

Por todos os lados. Em cima e embaixo. [...] Porque quem tem um país para fazer, desse tamanho, que tem potencialidades imensas de ser uma das civilizações do mundo, se não prefigurar na cabeça o que vai ser, se não inventar o país que há de ser, o país nunca vai dar certo. Nós já temos séculos de erros e de absurdos, porque outros pensaram o país pra nós, outros organizaram contra o povo brasileiro. Então nós temos, um dia, que tomar o poder na mão e, ao tomar, temos que ter um plano. O que é utopia? Essa palavra surge com o Brasil, quando o Brasil tinha dezesseis anos. Surge em 1516. Um velho, inglês, inspirado por essa coisa inesperada e absurda que era a quantidade de índios que viviam de forma diferente. Totalmente diferente do que se pensava que fossem os antepassados. Em vez daquela ideia do antepassado bíblico, que era um ermitão comendo raiz amarga no deserto... Os europeus pensavam que seus antepassados eram isso. De repente, aquela índiada nua, bonita... O bom

<sup>71</sup> RIBEIRO, op. cit., 2015, p. 178.

<sup>72</sup> Idem, p. 179.

selvagem. [...] O Thomas Morus escreve Utopia, que significa “em lugar nenhum”. Mas o que é o que o Thomas Morus faz? Ele inventa uma vida que não havia. Ele inventa uma ilha da perfeição, onde os problemas que ele via na Inglaterra não ocorriam. Então, utopia é inventar o país que você quer. Então, é por isso que eu sou utópico, essencialmente utópico.<sup>73</sup>

Contíguas ao romance de 1982, as asserções descrevem o Brasil como almo do pensamento utópico moderno. O “não-lugar” de Morus em verdade concebeu-se pelo ver e narrar dos primeiros cronistas. Nos séculos que se seguiram, aflorou sobre seu chão um *povo novo*, todavia aferrolhado à condição perenal de “proletariado externo” de outras nações. Para cumprir sua destinação de felicidade, este povo necessita reencontrar o sentido utópico que lhe deslinda o nascedouro. Em seu auxílio, arregimentam-se os intelectuais. Os primeiros usos de Darcy Ribeiro do vocábulo *utopia* haviam-se consumado na escrita de um romance. Se, como dissera a Clarice Lispector, os romancistas são “voz e boca do povo”, o reencontro de uma suposta gênese utópica da história brasileira quer aditar ao proveito dessa voz uma memória mais dignificante que a do genocídio indígena ou da escravidão.

Essa memória traumática não é ocultada ou menosprezada, haja vista sua propalada continuidade como efeitos sobre um Brasil em processo de privatização, no governo Fernando Henrique Cardoso. No geral das palavras faladas e escritas nos anos 1990, Ribeiro denuncia a extensão secular dos “erros e absurdos” promovidos pelos que organizaram o país “contra o povo brasileiro”. Entretanto, reconta a “fundação” do Brasil vasculhando nas linhas dos documentos dos primeiros séculos alguma certificação ao argumento do caráter contingente da penúria desse povo, querendo demonstrar que as presentificações do passado traumático são superáveis mediante um projeto. “Inventar” um país melhor, como significado de *utopia*, possui várias magnitudes. Ribeiro esmiúça seu entendimento do conceito morusiano, correlacionando-o à tarefa posta aos intelectuais: “Há a vontade de comer, ter emprego, educar os filhos e há a criatividade, onde nós intelectuais somos chamados a ter um papel”.<sup>74</sup>

A consecução dessas utopias exige então ações concretas, a exemplo de uma reforma agrária. Esta perfaz um tema, aliás, recorrente em seus textos redigidos para a *Folha de S. Paulo*, em uma época de intensificação dos movimentos de luta pela terra no Brasil, tanto quanto da repressão a estes.<sup>75</sup> É reformista e não revolucionário o utopismo de Darcy Ribeiro.

<sup>73</sup> DIÁLOGOS IMPERTINENTES: “UTOPIA”. São Paulo: TV PUC, 29 de agosto de 1995. Programa de televisão.

<sup>74</sup> DIÁLOGOS IMPERTINENTES: “UTOPIA”, op. cit.

<sup>75</sup> Darcy Ribeiro se declara favorável às ações do MST à época, como a ocupação pelo movimento de fazendas no Pontal do Paranapanema, intensificada em 1995. No ano seguinte, ante o evento que ficaria conhecido como o “Massacre de Eldorado dos Carajás”, no Pará, em que dezenove trabalhadores rurais sem-terra morreram em confronto com a polícia militar daquele Estado, o senador escreve na *Folha de S. Paulo* que “Os sem-terra do sul do Pará são a versão brasileira dos pioneiros norte-americanos que se vê no filme de faroeste indo para os Parás

Mais que de interpretação de textos filosóficos, sua compreensão da palavra *utopia* se faz por justaposição de experiências políticas progressas, invocando líderes adeptos a reformismos, como João Goulart e Salvador Allende. Não se dera por acaso sua menção a Goulart como utopista, na Tribuna do Senado. A “utopia de Jango”<sup>76</sup> teria consistido em realizar “uma reforma agrária que desse acesso à propriedade familiar aos trabalhadores do campo. Jango (...) dizia que com dez milhões de proprietários, a propriedade estaria muito melhor defendida e mais gente comeria e educaria os filhos”.<sup>77</sup> Em sendo reformadoras as ações concretas para a consecução das utopias, não podem estas prescindir da laboração do Estado. Um “Estado necessário”, reestruturado e aperfeiçoado “para a condução da economia, revertendo seus pendores privatistas e elitistas, para fazê-lo olhar, antes de tudo, para o povo e suas carências”.<sup>78</sup>

O utopismo de Darcy Ribeiro, lembrada a apologia ao presidencialismo, é um encômio à tríade Getúlio, Jango e Brizola e um aporte intelectual ao nacionalismo trabalhista. No neoliberalismo, encarnado pelo Plano Nacional de Desestatização, subjaz uma antiutopia incompatível com o ideal de um Brasil que ensinou a Europa a pensar sociedades voltadas para o bem da coletividade. Se a outra face do papel cabido aos intelectuais fieis à nação é a projeção e a disseminação de utopias, e estas só se podem consumir pelo incurso da ação estatal, apenas aos intelectuais orgânicos, formados pelos partidos políticos, se reservaria tal papel. Isso posto, pode-se compreender um paralelo, com o destaque da assimetria, firmado por Ribeiro entre Florestan Fernandes e Tancredo Neves:

Eu estava fazendo a reforma agrária em 1964, projetando. E eu podia falar com o Florestan. Mas o Florestan proporia que eu desse um dinheiro a ele, eu levaria dez anos estudando e depois escreveria um livro. Por isso era muito mais negócio chamar o Tancredo. O Tancredo sabia das coisas. Então, pensar que o político não sabe e que não há uma sabedoria política é uma estupidez. Eles são intelectuais.<sup>79</sup>

---

de lá. Foram com a garantia de que se fizessem uma roça e um rancho e lá vivessem por cinco anos poderiam demarcar 30 hectares de terra como propriedade da família. Graças a esta institucionalidade os Estados Unidos construíram sua prosperidade com base em milhões de granjeiros. Nossa institucionalidade, ao contrário, concede terras de dezenas de milhares de hectares a latifundiários que apenas podem utilizá-las para se enriquecerem. Eles são os assassinos reais de Eldorado dos Carajás. Sua ganância por terras que não têm capacidade de pôr em produção converte em invasores nossos pioneiros, que apenas buscam um pé de chão para viverem, produzirem e criarem seus filhos. Os pioneiros não têm alternativa na situação de desemprego insanável do Brasil senão buscar parcelas da imensidade de terras incultas para trabalharem e alcançar um mínimo de prosperidade familiar. Os latifundiários recém-instalados no oeste brasileiro em imensas glebas esperam que o Exército faça, agora, o que fez em Canudos e no contestado. Mataram lá milhares de lavradores para garantir que o latifúndio fique intocável, ainda que seja improdutivo”. Folha, 29 de abril de 1996.

<sup>76</sup> RIBEIRO, op. cit., 2003, p. 42.

<sup>77</sup> Idem, p. 43.

<sup>78</sup> RIBEIRO, op. cit., 2015, p. 209.

<sup>79</sup> RODA VIVA, op. cit., 1995.

O paralelo retrata um acadêmico Florestan Fernandes dos anos 1960, professor da USP, que ainda não havia experimentado a vida político-partidária. Mas, em 1995, quando da enunciação dessas provocativas asseverações de Darcy Ribeiro, o Florestan deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, que participara da Assembleia Nacional Constituinte, vinha confrontando-o de forma aberta, nomeadamente através das páginas do jornal de maior tiragem do país.

### **Índios de papel: a polêmica com Florestan Fernandes**

Colegas de formação em ciências sociais na década de 1940, nos anos 1990 Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes romperam uma longeva amizade. Motivada por divergências de ordem política, originou-se uma polêmica entre os dois, reverberada nas páginas da *Folha de S. Paulo*. Impulsada por pautas sitas em atividades parlamentares, a polêmica estendeu-se ao domínio da produção intelectual. Tracejar um comparativo entre Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes mostra-se revelador de diversas similitudes. A começar pela formação conjunta em ciências sociais, na Capital paulista. Tornando-se intelectuais afamados, ambos haviam partilhado, também, a imposição de exílio, na década de 1960, bem como, nos anos 1980 e 1990, mantiveram intensa atividade política, elegendo-se mandatários do Congresso Nacional.<sup>80</sup> Considerando-se parlamentares de esquerda, todavia as similitudes se desvanecem no plano das filiações partidárias e quanto à demarcação de posicionamentos em relação a determinados temas.

Oportuno exhibir, à guisa de exemplo, seus pareceres sobre a correlação entre Estado e sociedade civil no Brasil. Darcy Ribeiro, embora saudasse as ações de movimentos de luta pela terra, não concebia a possibilidade de os avanços sociais se consumarem sem a ingerência do Estado. Esse ponto de vista se expôs no seu louvor ao presidencialismo como único sistema capaz de atender às demandas populares. A segmentação entre Estado e sociedade civil seria tática neoliberal para fins de enfraquecimento do poder público: “Tudo isso fundamentado na ideologia do antagonismo entre o Estado e a Sociedade Civil, entendida esta como o corpo de interesses das classes dominantes”.<sup>81</sup> Existe em seu juízo uma distinção entre a sociedade civil e os estratos socioeconômicos inferiorizados, onde se encontraria o sumo do povo brasileiro.

<sup>80</sup> Florestan Fernandes foi eleito deputado federal pelo PT em 1986, e tomou parte na Assembleia Nacional Constituinte. Em 1990, seria reeleito.

<sup>81</sup> RIBEIRO, op. cit., 2015, p. 209.

Adversativo é o entendimento de Florestan Fernandes. Entrevistado no programa *Roda Viva*, em 1995, o deputado petista externou uma síntese de suas concepções nesse domínio ao postular que “Os grandes movimentos nascem da sociedade civil e não do Estado”.<sup>82</sup> Em contraste com Darcy Ribeiro, a sociedade civil, segundo Fernandes, se compõe do povo e este não necessita de sujeição ao Estado para reivindicar e eventualmente conquistar direitos e melhorias de suas condições de existência. Tanto no discurso de um, quanto no de outro, os conteúdos intelectuais denotam reciprocidade para com as lealdades partidárias. Darcy Ribeiro se alinha, nos anos 1990, com um getulismo politicamente centralizador, estatista, como espírito do trabalhismo. Florestan Fernandes, por seu turno, reflete a heterogeneidade contida na fundação do PT, com o relevo de lideranças de um sindicalismo independente do Estado, como indicativo de capacidade de organização da sociedade civil. Sob essa linha divisória, forma-se a polêmica entre os dois cientistas sociais e legisladores, provocada por divergências em torno da elaboração de uma nova lei para a educação no país. A polêmica é demarcada inicialmente por um texto de Fernandes, publicado na *Folha de S. Paulo* em julho de 1992. Neste, se destaca a assertiva do deputado acerca de uma

Terrível decepção para todos os que somos amigos, colegas ou admiradores de Darcy Ribeiro! Sua cabeça privilegiada decidiu “servir o rei” e voltar as costas a Anísio Teixeira, o seu mentor pedagógico, e à nossa geração, que combateu arduamente os “ídola” que ele empolgou sem constrangimento.<sup>83</sup>

Decepção por efeito de Darcy Ribeiro ter apresentado um substitutivo ao projeto de lei de educação no Senado, antes que a Câmara dos Deputados o tivesse votado. Mais do que precipitação, a atitude do senador se revestiria de antidemocratismo aos olhos do deputado petista: “Por que essa precipitação? O senador, como representante do PDT, sentiu-se à vontade para aliviar o governo Collor de uma tarefa ingrata”.<sup>84</sup> A desaprovação à atitude de Ribeiro se alarga à totalidade dos membros de seu partido. Na alocução “como representante do PDT”, se exprime uma reprimenda à conduta dos demais políticos trabalhistas. Como se, nas entrelinhas, o espelhamento de Ribeiro em Getúlio Vargas servisse à explicação de seu ato de injúria ao tempo de trabalho legislativo da Câmara. Prosseguida nos anos subsequentes,

<sup>82</sup> FERNANDES, Florestan. *Florestan Fernandes no centro do Roda Viva*. In: *Florestan Fernandes: leituras & legados*. São Paulo: Global, 2010, p. 335.

<sup>83</sup> FERNANDES apud MACHADO, Otávio Luiz. *Educação e constituinte de 1988: a participação popular nos quadros da democracia da nova república e a reflexão de Florestan Fernandes*. Frutal: Editora Prospectiva, 2013, p. 125.

<sup>84</sup> FERNANDES apud MACHADO, op. cit., p. 125.

a contenda atingiria seu ponto mais alto entre abril e maio de 1995. Realçam-se, então, outros textos publicados no período. Naquele mesmo jornal, Ribeiro e Fernandes, atacam-se mutuamente. Afirma o pedetista, em artigo intitulado *Florestan Educador*:

Sou amigo e colega de Florestan Fernandes há mais de 50 anos. Nos fizemos etnólogos na Escola de Baldus, em São Paulo. Ele, para estudar os índios de 1500, através dos papéis que os cronistas escreveram sobre eles. Eu, para estudá-los ao vivo, no mato. Florestan fez obra admirável. Um de seus livros, sobre a guerra entre os Tupinambás, tem mais de 800 páginas. Suponho que só eu tive paciência de lê-lo. Ele nunca leu meus livros. Coitado.<sup>85</sup>

O excerto reproduz as primeiras linhas do artigo de Ribeiro. Antes de adentrar o terreno das discussões sobre a lei de educação, sobrevém a memória dos seminários de etnologia promovidos nos anos 1940 pelo alemão Herbert Baldus, professor de ambos, seguida da enunciação da influência deste sobre sua formação etnológica e a de seu contendor. E, principalmente, do apontamento das dissemelhanças entre seu trabalho, com índios “reais”, ao passo que Fernandes produzira um livro sobre índios apenas cognoscíveis nos papéis legados pelos observadores quinhentistas. Todavia, lê-se uma adjetivação da obra de Florestan por “admirável”, acompanhada por um irônico menosprezo de seu alcance, restringido ao próprio Darcy Ribeiro. A simultaneidade de elogio e cáustica crítica de Ribeiro à produção do ex-colega não configura simples vacilação, por pelo menos duas razões.

A primeira delas é a de que uma conferência às referências bibliográficas de praticamente todos os volumes dos *Estudos de Antropologia da Civilização* encontra fartura de títulos de Florestan Fernandes, como *A Organização Social dos Tupinambá*, aludido pelo escrito de Darcy Ribeiro à *Folha de S. Paulo*; assim como outros, a exemplo de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* ou *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Dessa maneira, um enxovalhamento integral à obra Fernandes por Ribeiro seria passível de deslegitimação de seu próprio trabalho, que a utiliza como aporte. Em segundo lugar, apesar de Ribeiro sobrevalorizar suas pesquisas de campo, comparadas com a reconstituição da vida dos Tupinambá feita documentalmente por Florestan, debelá-la representaria um malfeito à sua produção intelectual dos anos 1990. Com efeito, deve-se aqui levar em consideração sua coletânea *A Fundação do Brasil*, de 1993. Nesta, pela análise de textos de 1500 a 1700, o procedimento de Darcy Ribeiro se aproxima do que fizera o oponente, quase cinco décadas antes. Sem trabalho de observação direta, o trabalho de Florestan Fernandes elegera um objeto extinto ainda no século XVI. Entrementes, o entusiasta da observação Herbert Baldus

<sup>85</sup> RIBEIRO, Darcy. *Florestan Educador*. *Folha de S. Paulo*, 23 de abril de 1995.



não poupa gabos ao pupilo. É de autoria do etnólogo alemão o prefácio de *A Organização Social dos Tupinambá*:

Seja-me permitido finalmente dizer algumas palavras acerca do autor da obra que tenho a honra e o prazer de prefaciá-la. Durante os anos que trabalhei comigo, o dinâmico Florestan Fernandes foi a alma daquele Seminário, mostrando-se capaz de discutir com rara penetração qualquer assunto apresentado, e revelando-se um dos mais esperançosos cientistas sociais brasileiros da nova geração. [...] Pela presente obra, porém, o autor não só obteve o grau de mestre em Ciências Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política, Instituição Complementar da Universidade de São Paulo. Tornou-se mestre de verdade, o mestre Florestan Fernandes.<sup>86</sup>

Se bem que Darcy Ribeiro apreciava o predicado autoatribuído de prodigioso aluno de Baldus, este afirma que “a alma” de seus seminários de etnologia fora de fato outro partícipe. Assim mesmo, sua loa a Florestan Fernandes ecoaria durante e após decênios, nas palavras de Ribeiro. Em suas *Confissões*, o senador afirma que “Os Tupinambá foram magistralmente documentados pelos cronistas do primeiro século. Depois, foram também esplendidamente reestudados pelos antropólogos, principalmente por Alfredo Métraux e Florestan Fernandes”.<sup>87</sup> Vale ressaltar que, menos de uma semana antes da publicação do artigo de Darcy Ribeiro no jornal, fora ao ar sua entrevista ao programa *Roda Viva*. Logo ao princípio desta, depois de discorrer a respeito dos livros *O Povo Brasileiro* e *O Brasil Como Problema*, em vias de publicação, Ribeiro é perguntado por Zuenir Ventura sobre quais brasileiros, em seu ponto de vista, seriam lembrados pelo milênio que começaria dentro em breve; ao que o entrevistado redarguiu não elencando brasileiros, mas arrolando livros escritos por autores brasileiros, que acreditava fossem manter relevância pela posteridade:

Do Florestan Fernandes, que é um eminente sociólogo, vai ficar um livro – e ele talvez não goste disso – que é um livro sobre os índios Tupinambá, que é de uma grande beleza. Vão ficar outros livros, como um – é até extravagante que eu diga isso, mas tenham paciência – é um livro que eu vou escrever, que eu estou acabando de preparar. Vai ficar. E quem disse isso foi o Lévi-Strauss. Eu levei para o Lévi-Strauss ver o meu livro sobre o processo civilizatório, um livro teórico. E ele disse: não me interessou. Mas, mestre... Eu escrevo um livro, é publicado... E ele disse: olha, Darcy, você é um príncipe da observação. Tem uma capacidade enorme de observação. Tanto que eu uso muito os mitos, as coisas que você colhe, e por isso deixe de bobagem, de fazer teoria. E eu disse: então eu colho material no campo e você teoriza? Isso é lá coisa que se diga? E ele disse: não! Estou falando a sério. Porque os seus livros vão ficar, e os meus não; porque a teoria dura vinte anos. E a convicção que eu tenho é a seguinte: os livros que focalizam povos que desapareceram... Por exemplo, tanto os de Jean de Léry, tanto os outros livros que focalizavam uma forma do ser humano, esses livros ficam. Esse diário que eu tenho, que eu vou preparar para publicar no próximo ano, ou talvez depois, são seiscentas páginas dos dias que eu vivi, dois anos que eu vivi com os índios no Pará e no Maranhão. É o dia a dia. Esses

<sup>86</sup> BALDUS, Herbert. *Prefácio*. In: FERNANDES, Florestan. *A Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989, p. 13.

<sup>87</sup> RIBEIRO, op. cit., 2012, p. 165.

índios desapareceram. Ou então não desapareceram, mas se descaracterizaram. Então, é muito provável que esse livro, por essa característica, fique.<sup>88</sup>

Não obstante a resposta laudatória de Ribeiro no programa televisivo, nos dias subsequentes Florestan retorquiria a seu *Florestan educador*. Peremptório, escreve à *Folha de S. Paulo*, a respeito do artigo do pedetista, veiculado uma semana antes, que

Os comentários de intenção crítica podem ser vistos como a cura dos furúnculos. Seus autores ora empregam com sagacidade o bisturi, ora optam (...) pelo sabre e o iodo. Há também os que usam o tacape. [...] Darcy Ribeiro maneja o tacape no decorrer de todo o seu artigo (...). [...] Por aqui penetramos no terreno da má-fé e da injúria. Lamento que um amigo íntimo se valha desse expediente em sua autodefesa.<sup>89</sup>

Dois meses após a redação desta réplica, Florestan Fernandes viria a falecer. Antes da promulgação da conflituosa LDB, ao final do ano seguinte e impossibilitando-se, pois, a continuidade da polêmica, bem como seu possível desfecho, contendo-se aqui o ímpeto de adentrar a dimensão do contrafactual a cogitar probabilidades de epílogo. O que se registrou foi a assunção por Darcy Ribeiro de uma coluna semanal na *Folha de S. Paulo*, que pertencia a Florestan Fernandes, no mês seguinte ao seu desaparecimento. No primeiro texto produzido para esta, Ribeiro diria acerca do antigo colega:

Ele foi o mais eminente dos cientistas sociais que o Brasil produziu, deixando uma obra copiosa, sábia e exemplar. Foi o principal mestre da geração seguinte, que só não salvou o Brasil porque a Sociologia não dá para tanto. [...] Florestan foi formado comigo nos Seminários de Etnologia de Herbert Baldus, da Escola de Sociologia. Lá, conosco, leu, releu, refez suas teses admiráveis. Ele se preparou para reconstituir a vida social indígena pelo método funcionalista, através da análise de textos clássicos. Alcançou imenso êxito. Sua obra que nos ficou para ser reeditada nos próximos séculos é *A Organização Social Tupinambá*. Um primor. Eu, integrando o mesmo Seminário, fui preparado para estudar a vida social pela observação direta das formas de conduta das populações indígenas viventes. [...] Ultimamente nos desavimos, ele como Deputado, eu como Senador, no debate da nova Lei Geral da Educação. Eram contraposições menores (...).<sup>90</sup>

Novamente, Darcy Ribeiro se remete a Florestan retrospectivamente e referenciando a similitude da formação em ciências sociais e da propensão de ambos para estudar povos indígenas. Bem como, uma vez mais, aponta a diferença das formas como cada qual empreendeu seus estudos. Ante o fato da morte de Fernandes e, por óbvio, do resfriamento das controvérsias político-partidárias, Ribeiro afirma um “imenso êxito” concernentemente uma obra da qual, anteriormente, declarara-se o único leitor. Ademais, minimiza o conflito ocorrido entre ambos, da mesma forma que seus motivos, qualificando-os como “contraposições menores”. Porém, esta atenuação póstuma não é fiel a uma contrapartida

<sup>88</sup> RODA VIVA, op. cit., 1995.

<sup>89</sup> FERNANDES, Florestan. “*Como parece...*”: *Darcy e Diogo*. Folha de S. Paulo, 01 de maio de 1995.

<sup>90</sup> RIBEIRO, Darcy. *Florestan Fernandes*. In: RIBEIRO, op. cit., 2009, p. 65-66.

maximizada, intentada por Darcy Ribeiro, às arremetidas jornalísticas de um Florestan Fernandes ainda vivo. Excedendo os limites da política partidária e das funções desempenhadas no Congresso Nacional, essa contrapartida voltou-se para o plano da produção intelectual, por intermédio de uma revisitação de Ribeiro aos seus trabalhos de juventude.

Em sua fala supratranscrita ao *Roda Viva*, sobre a sobrevivência póstera da obra de Florestan concernente aos Tupinambá, Ribeiro comunica estar trabalhando para a publicação de seus diários de campo dos antigos trabalhos etnológicos, redigidos entre 1949 e 1951. Esses diários dariam conta de duas expedições a uma área limítrofe entre os Estados do Maranhão e do Pará, para observação direta dos índios Urubus-Kaapor. Darcy Ribeiro justifica a publicação desses diários, em forma de livro, pelo argumento de que esse tipo de trabalho, diferentemente das elaborações teóricas, possuem mais possibilidades de perenidade. E, conquanto sua *antropologia dialética* evolucionista o tivesse levado, nos anos 1970, a rechaçar o pensamento de Claude Lévi-Strauss, aplicando a definição de “cavalos-de-santo” aos adeptos de seu estruturalismo nas universidades brasileiras, ampara essa proposição trazendo à baila o antropólogo francês. Mas, se o desejo de ser recordado no milênio seguinte se apresenta como razão para o trabalho, a justificativa, sem embargo, permanece lacunar. Durante essa explanação no programa televisivo, Ribeiro deixara sem resposta a indagação do mediador sobre os porquês, em sendo diários datados de quase cinquenta anos antes, de levá-los tão tardiamente a público.

Os textos oriundos da observação daqueles índios da Amazônia publicam-se em 1996, na forma de um livro intitulado *Diários Índios*. Por meio deste, Darcy Ribeiro quer comunicar que, durante sua mocidade, fizera uma descoberta antropológica fundamental. Segundo ele, os Tupinambá ainda estariam vivos em fins dos anos 1940, ao invés do que julgara um Florestan Fernandes metido em papeis, à imagem dos antigos antropólogos de gabinete. A intenção de estabelecer nexos de ancestralidade entre os Tupinambá e os Urubus Kaapor – assim como Ribeiro fizera anteriormente entre os Mbayá-Guaikuru e os Kadiwéu – brota desde o prefácio: “Eles são os representantes modernos dos Tupinambá, que somavam 2 milhões e ocupavam toda a costa atlântica brasileira em 1500. Naturalmente, ao longo destes quinhentos anos, mudaram muito, como nós também mudamos (...)”.<sup>91</sup> Percorridos os diários, a penúltima página é apoteótica. Embrenhado na Amazônia, Ribeiro sustenta ter então resgatado uma

<sup>91</sup> RIBEIRO, Darcy. *Diários Índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 12.

memória ainda recente dos Urubus-Kaapor. Tal memória seria a da prática da antropofagia ritual:

Restam só dois assuntos dos atrasados na conversa com Anakampukú que ainda não registrei. Primeiro, a questão da pajelança. Por alguma razão indecifrável para mim os Kaapor perderam esse traço cultural básico dos Tupinambá. [...] O outro tema saltou à noite em sua casa (...). ... encaminhei o assunto para a antropofagia ritual. Queria ver se conseguia confirmar com ele a descrição que o velho Auaxímã deu dos antigos ritos antropofágicos. Não fiz pergunta alguma. Simplesmente tomei uma corda, disse que era o *tupãrãmã* e contei que, havia anos, os Tupinambá da costa costumavam matar gente de outras tribos para aprisionar e comer. [...] Enorme era a emoção com que me ouvia e, por fim, não suportou e disse ao João: - Ele é meu irmão. O avô dele é meu avô. [...] Esses meus Kaapor são é Tupinambá tardios. Tupinambá de quinhentos anos depois, mudados radicalmente no tempo, como nós mesmos mudamos. Até mais, na sua resistência e luta para sobreviverem debaixo da dominação branca e de sua perseguição implacável Brasil adentro. Guardam no peito, porém, o que não podem nem querem esquecer (...).<sup>92</sup>

Por conseguinte, para além de deixar seu livro contributivo ao Terceiro Milênio e assim sobreviver para as futuras gerações intelectuais, Darcy Ribeiro terá publicado os *Diários Índios* a fim de legitimar posições políticas, buscando demonstrá-las mais fidedignas às necessidades do povo, quando comparadas às de Florestan Fernandes. Trata-se da validação de um conhecimento sobre o Brasil desde sua forma humana e, portanto, sociocultural e histórica, a mais original possível. Os diários querem dar uma descrição dessa forma ao relatar, mais do que registros de observação participante, interações pejadas de afetividade com índios de carne e osso – em detrimento dos índios constantes de papeis, apreciados por Florestan. Dessa forma, revelam um intelectual portador de um saber autêntico, erigido menos como teoria do que como um testemunho ocular sobre o país, em profundidade – o saber sobre o Brasil desde as entranhas conferindo maior legitimidade à atuação parlamentar, para o cumprimento da tarefa de legislar sobre a educação de um povo que, como visto, não seria capaz de organizar-se para viver seu destino sem o concurso de lideranças ao nível do Estado.

Mas esse saber, servindo de arrimo, transpõe a atividade política. Seu alcance vai dar na incumbência da formulação de utopias, outorgada aos intelectuais. O Darcy Ribeiro dos anos 1990 consiste em um antropólogo nacional e internacionalmente afamado. A divulgação tardia de seus diários de campo não fora acalentada por ambições estritamente etnológicas, dado que, dentro de sua hierarquia epistemológica, o antropólogo ocuparia um patamar mais elevado que o do etnólogo. Tampouco suas aspirações delimitam-se no escopo de uma etnohistória de inspiração baldusiana, muito embora advenha desta a autoridade para propalar

<sup>92</sup> RIBEIRO, Darcy. Op. cit., 1996, p. 600.

uma derivação genealógica entre os índios Tupinambá e os Urubus-Kaapor. O intento preponderante à publicação dos *Diários Índios* é o afiançamento de outro tipo de autoridade a seu autor: a de quem vira, com os próprios olhos, os modos de coexistência humana capazes de instigar a feitura de utopias que gente como Thomas Morus, Michel de Montaigne e Jean-Jacques Rousseau apenas soubera em segunda mão através de relatos de navegantes, cartógrafos e cronistas. À medida que *A Fundação do Brasil* se constrói sobre tais relatos, os *Diários Índios* querem avançar à textualidade dos primeiros cronistas, em nome da empiria das pesquisas de campo de Darcy Ribeiro. Como se o etnólogo do século XX reivindicasse para si, também, uma voz de cronista dos povos originários do país. Por ela, o passado idílico transforma-se em garantia de um porvir regozijante ao povo brasileiro. Essa voz será um grandiloquente instrumento do intelectual utopista para narrar, em *O Povo Brasileiro* (1995), a construção e o fim último deste povo, sujeito coletivo sintetizado na forma de um alternativo “último homem”, menos capitalista, liberal e nórdico do que socialista, tropical e mestiço.

## Referências

ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

ÁVILA, Demetrius Ricco. *Eneida Tropical: O Povo Brasileiro como grande narrativa sobre o Brasil*. Porto Alegre: Class, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MACHADO, Otávio Luiz. *Educação e constituinte de 1988: a participação popular nos quadros da democracia da nova república e a reflexão de Florestan Fernandes*. Frutal: Editora Prospectiva, 2013.

PERICÁS, Luiz B.; SECCO, Lincoln (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza. *A Sociologia Política de Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora Convívio, 1975.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *A Fundação do Brasil: testemunhos, 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. *Crônicas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2009.

\_\_\_\_\_. *Diários Índios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal, 2003.

\_\_\_\_\_ (Org.). *Formas e Sistemas de Governo – República X Monarquia/Presidencialismo X Parlamentarismo*. Petrópolis: Vozes, 1993c.

\_\_\_\_\_. *Noções de Coisas*. São Paulo: FTD, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Como Problema*. São Paulo: Global, 2015.

\_\_\_\_\_. *O Processo Civilizatório*. São Paulo: Publifolha, 2000

SILVA, Juremir Machado da. *O Pensamento do fim do século*. Porto Alegre: L&PM, 1993.

URANI, André (Org.). *Lições de mestres: entrevistas sobre globalização e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Campus: ABDE, 1998.

